

A língua funda nas
necessidades do ponto de
articulação dos fenômenos
"material" do discurso
lingüístico no
sentido de que ele representa, no interior da língua, os
efeitos das contradições ideológicas", a análise do
discurso apresenta-se como uma disciplina não
acabada, em constante mudança, em que "o lingüístico é
o lugar, o espaço que dá materialidade, espessura a
idéias, temáticas de que o homem se faz sujeito, um
sujeito concreto, histórico, porta-voz de um amplo
discurso social".

801 B817i 2.ed.

Autor: Brandão, Helena H. Nagamine.
Título: Introdução à análise do discurso



286898
113479

UFES BC AG



ISBN 85-265-0170-X
9 788526 140670

801
B817i
2.ed.

UFES
286898

RODUÇÃO À ANÁLISE DO DISCURSO

Helena H. Nagamine Brandão

BC
BC

**Introdução
à análise do
discurso**
Helena H. Nagamine Brandão

EDITORA
UNICAMP

tributário de Saussure, quer tomando-o e assumindo suas postulações teóricas, que nesse caso, a referência a Saussure deve-
celebre concepção dicotômica entre a lin-
reconhecendo o valor da revolução lingü-
Saussure, logo se descobriram os limites
conseqüências advindas da exclusão da l-
estudos linguísticos.

Dentre os que sentiram essa camisa de for-
objeto da linguística apenas a língua, tem
abstrato e ideal a constituir um sistema si-
homogêneo, está Bakhtin (Voloshinov, 1932).
estudos, antecipa de muito as orientações
moderna.

Perambulando a trilha aberta por Saussure,
princípio de que a língua é um fato social
fundada nas necessidades de comunicação.
O mestre genebrino ao ver a língua como
a manifestação individual de cada falante
chama a fala.

Visando à formulação de uma teoria do e-
atribui um lugar privilegiado à enunciação
da linguagem: "A matéria linguística é ap-
enunciado; existe também uma outra parte
corresponde ao contexto da enunciação".

Dessa forma, ele diverge dos seus anteces-
sora do subjetivismo individualista rep-
seus discípulos), para quem o enunciado
é, portanto, uma noção não pertinente lin-
Bakhtin, aliás, não só coloca o enunciado
estudos da linguagem como dá a situação
o componente necessário para a compre-
estrutura semântica de qualquer ato de co-

Qualquer estudo da linguagem é hoje, de-
tributário de Saussure, quer tomando-o e
assumindo suas postulações teóricas, que
nesso caso, a referência a Saussure deve-
celebre concepção dicotômica entre a lin-

INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO DISCURSO

Helena H. Nagamine Brandão

INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO DISCURSO



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

JOSE TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade

FERNANDO FERREIRA COSTA

EDITORA
UNICAMP

Conselho Editorial

Presidente

PAULO FRANCHETTI

ALCIR PÉCORA – ARLEY RAMOS MORENO

JOSE A. R. GONTIJO – JOSÉ ROBERTO ZAN

LUIS FERNANDO CERIBELLI MADI – MARCELO KNOBEL

SEDI HIRANO – WILSON CANO

EDITORA UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

Brandão, Helena Hathsue Nagamine.
B733i Introdução à análise do discurso / Helena H. Nagamine Brandão.
– 2ª ed. rev. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
1. Análise do discurso. 2. Atos de fala (Linguística). I. Título.
CDD 415
ISBN 85-268-0670-X 412.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso 415
2. Atos de fala (Linguística) 412.1

Copyright © by Helena Hathsue Nagamine Brandão
Copyright © 2004 by Editora da UNICAMP

2ª reimpressão, 2006

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em
sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou
outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

113479

Sistema Integrado
de Biblioteca / UFES
Reg. 286898

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
<i>Língua/Linguagem: uma abordagem interacional</i>	7
<i>Entre a língua e a fala: o discurso</i>	10
CAPÍTULO 1 — ANÁLISE DO DISCURSO	13
<i>Esboço histórico</i>	13
<i>A perspectiva teórica francesa</i>	16
<i>O conceito de ideologia</i>	18
Em Marx	19
Em Althusser	23
Em Ricoeur	26
<i>O conceito de discurso em Foucault</i>	32
<i>Língua, discurso e ideologia</i>	38
<i>Condições de produção do discurso</i>	42
<i>Formação ideológica e formação discursiva</i>	46
CAPÍTULO 2 — SOBRE A NOÇÃO DE SUJEITO	53
<i>A subjetividade em Benveniste</i>	55
<i>O sujeito descentrado: o eu e o outro</i>	59
A heterogeneidade discursiva	60
Monologismo versus dialogismo	61
O discurso e seu avesso	65
A teoria polifônica de Ducrot	69

<i>Sentido e sujeito na análise do discurso</i>	76
Uma teoria não-subjetivista da enunciação	78
A ilusão discursiva do sujeito	82
<i>Conclusão</i>	85
 CAPÍTULO 3 — SOBRE A NOÇÃO DE INTERDISCURSIVIDADE	 87
<i>A relação discurso-interdiscurso</i>	89
<i>O outro no mesmo</i>	91
<i>A intertextualidade</i>	94
<i>A memória discursiva</i>	95
<i>Domínios do campo enunciativo</i>	96
O domínio de memória	98
O domínio de atualidade	100
O domínio de antecipação	100
<i>Efeitos de memória</i>	101
 CONCLUSÃO	 103
 GLOSSÁRIO	 105
 BIBLIOGRAFIA BÁSICA COMENTADA	 111
 BIBLIOGRAFIA	 117

INTRODUÇÃO

Língua/Linguagem: uma abordagem interacional

Qualquer estudo da linguagem é hoje, de alguma forma, tributário de Saussure, quer tomando-o como ponto de partida, assumindo suas postulações teóricas, quer rejeitando-as. No nosso caso, a referência a Saussure deve-se, sobretudo, a sua célebre concepção dicotômica entre a língua e a fala. Embora reconhecendo o valor da revolução lingüística provocada por Saussure, logo se descobriram os limites dessa dicotomia pelas conseqüências advindas da exclusão da fala do campo dos estudos lingüísticos.

Dentre os que sentiram essa camisa de força que colocava como objeto da lingüística apenas a língua, tendo-a como algo abstrato e ideal a constituir um sistema sincrônico e homogêneo, está Bakhtin (Voloshinov, 1929) que, com seus estudos, antecipa de muito as orientações da lingüística moderna.

Palmilhando a trilha aberta por Saussure, parte também do princípio de que a língua é um fato social cuja existência se funda nas necessidades de comunicação. No entanto, afasta-se do mestre genebrino ao ver a língua como algo concreto, fruto da manifestação individual de cada falante, valorizando dessa forma a fala.

Visando à formulação de uma teoria do enunciado, Bakhtin atribui um lugar privilegiado à enunciação enquanto realidade da linguagem: "A matéria lingüística é apenas uma parte do enunciado; existe também uma outra parte, não-verbal, que corresponde ao contexto da enunciação".

Dessa forma, ele diverge dos seus antecessores (Saussure e a escola do subjetivismo individualista representado por Vossler e seus discípulos), para quem o enunciado era um ato individual e, portanto, uma noção não-pertinente lingüisticamente. Bakhtin, aliás, não só coloca o enunciado como objeto dos estudos da linguagem como dá à situação de enunciação o papel de componente necessário para a compreensão e explicação da estrutura semântica de qualquer ato de comunicação verbal.

Como, através de cada ato de enunciação, se realiza a intersubjetividade humana, o processo de interação verbal passa a constituir, no bojo de sua teoria, uma realidade fundamental da língua. O interlocutor não é um elemento passivo na constituição do significado. Da concepção de signo lingüístico como um "sinal" inerte que advém da análise da língua como sistema sincrônico abstrato, passa-se a uma outra compreensão do fenômeno: à de signo dialético, vivo, dinâmico.

Essa visão da linguagem como interação social, em que o *Outro* desempenha papel fundamental na constituição do significado, integra todo ato de enunciação individual num contexto mais amplo, revelando as relações intrínsecas entre o lingüístico e o social. O percurso que o indivíduo faz da elaboração mental do conteúdo, a ser expresso à objetivação externa — a enunciação — desse conteúdo, é orientado socialmente, buscando adaptar-se ao contexto imediato do ato da fala e, sobretudo, a interlocutores concretos.

Nessa perspectiva, fica evidente que uma lingüística imanente que se limite ao estudo interno da língua não poderá dar conta do seu objeto. É necessário que ela traga para o interior mesmo do seu sistema um enfoque que articule o lingüístico e o social, buscando as relações que vinculam a linguagem à ideologia. Sistema de significação da realidade, a linguagem é um distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa. E é nessa distância, no interstício entre a coisa e sua representação signica, que reside o ideológico.

Para Bakhtin, a palavra é o signo ideológico por excelência, pois, produto da interação social, ela se caracteriza pela pluralência. Por isso é o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia; retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes e pontos de vista daqueles que a empregam. Dialógica por natureza, a palavra se transforma em arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes.

Conseqüentemente, a linguagem não pode ser encarada como uma entidade abstrata, mas como o lugar em que a ideologia se manifesta concretamente, em que o ideológico, para se objetivar, precisa de uma materialidade, conforme nos mostra Bakhtin (Voloshinov, 1929, p. 19) quando afirma:

Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sobre a realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. Nesse sentido, a realidade do signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um estudo metodologicamente unitário e objetivo. Um signo é

um fenômeno do mundo exterior. O próprio signo e todos os seus efeitos (todas as ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante) aparecem na experiência exterior. Este é um ponto de suma importância. No entanto, por mais elementar e evidente que ele possa parecer, o estudo das ideologias ainda não tirou todas as consequências que dele decorrem.

Mais tarde, ao definir a tarefa da semiologia, Barthes sublinha também a importância do caráter ideológico do signo. Para ele, a ideologia deve ser buscada não apenas nos temas em que tem sido mais facilmente percebida, mas, sobretudo, nas formas, isto é, no funcionamento significante da linguagem, que é o lugar onde se dá a sua materialidade:

Uma das possibilidades da semiologia, enquanto disciplina ou discurso sobre o sentido, é precisamente dar instrumentos de análise que permitam circunscrever a ideologia nas formas, isto é, onde ela em geral é menos procurada. O alcance ideológico dos conteúdos é algo percebido desde há muito tempo, mas o conteúdo ideológico das formas, se quiserem, constitui, de certo modo, uma das grandes possibilidades de trabalho do século (apud Robin, 1973).

Entre a língua e a fala: o discurso

O reconhecimento da dualidade constitutiva da linguagem, isto é, do seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado por entradas subjetivas e sociais, provoca um deslocamento nos estudos lingüísticos até então balizados pela

problemática colocada pela oposição língua/fala que impôs uma lingüística da língua. Estudiosos passam a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrado apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível situado fora desse pólo da dicotomia saussuriana. E essa instância da linguagem é a do discurso. Ela possibilitará operar a ligação necessária entre o nível propriamente lingüístico e o extralingüístico a partir do momento em que se sentiu que "o liame que liga as 'significações' de um texto às condições sócio-históricas deste texto não é de forma alguma secundário, mas constitutivo das próprias significações" (Haroche et al., 1971, p. 98). O ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos é, portanto, o discurso.

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. Ela é o "sistema-suporte das representações ideológicas [...] é o 'medium' social em que se articulam e defrontam agentes coletivos e se consubstanciam relações interindividuais" (Braga, 1980). Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção. Esse será o enfoque a ser assumido por uma nova tendência lingüística que irrompe na década de 60: a análise do discurso.

CAPÍTULO 1

ANÁLISE DO DISCURSO

Esboço histórico

Pode-se afirmar com Maingueneau (1976) que foram os formalistas russos que abriram espaço para a entrada no campo dos estudos lingüísticos daquilo que se chamaria mais tarde *discurso*. Operando com o texto e nele buscando uma lógica de encadeamentos “transfrásticos”, superam a abordagem filológica ou impressionista que até então dominava os estudos da língua. Essa abertura em direção ao discurso não chega, entretanto, às últimas conseqüências, pois seus seguidores, os estruturalistas, propõem-se como objetivo estudar a estrutura do texto “nele mesmo e por ele mesmo” e restringem-se a uma abordagem imanente do texto, excluindo qualquer reflexão sobre sua exterioridade.

Os anos 50 serão decisivos para a constituição de uma análise do discurso enquanto disciplina. De um lado, surge o trabalho de Harris (*Discourse analysis*, 1952), que mostra a possibilidade de ultrapassar as análises confinadas meramente à frase, ao estender procedimentos da lingüística distribucional americana aos enunciados (chamados discursos) e, de outro lado, os trabalhos de R. Jakobson e E. Benveniste sobre a enunciação.

→ A a AAD (Pêcheux)?

Esses trabalhos já apontam para a diferença de perspectiva que vai marcar uma postura teórica de uma análise do discurso de linha mais americana, de outra mais européia.

Embora a obra de Harris possa ser considerada o marco inicial da análise do discurso, ela se coloca ainda como simples extensão da lingüística imanente na medida em que transfere e aplica procedimentos de análise de unidades da língua aos enunciados e situa-se fora de qualquer reflexão sobre a significação e as considerações sócio-históricas de produção que vão distinguir e marcar posteriormente a análise do discurso.

Numa direção diferente, Benveniste, ao afirmar que "o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por índices específicos", dá relevo ao papel do sujeito falante no processo da enunciação e procura mostrar como acontece a inscrição desse sujeito nos enunciados que ele emite. Ao falar em "posição" do locutor, ele levanta a questão da relação que se estabelece entre o locutor, seu enunciado e o mundo; relação que estará no centro das reflexões da análise do discurso em que o enfoque da posição sócio-histórica dos enunciadores ocupa um lugar primordial.

Segundo Orlandi (1986), essas duas direções vão marcar duas maneiras diferentes de pensar a teoria do discurso: uma que a entende como uma extensão da lingüística (que corresponderia à perspectiva americana) e outra que considera o enveredar para a vertente do discurso o sintoma de uma crise interna da lingüística, principalmente na área da semântica (que corresponderia à perspectiva européia).

Conforme essa visão, o conceito de teoria do discurso como extensão da lingüística, aplicado à perspectiva teórica americana, justifica-se pelo fato de nela se considerarem

frase e texto como elementos isomórficos, cujas análises se diferenciam apenas em graus de complexidade. Vê-se o texto de uma forma redutora, não se preocupando com as formas de instituição do sentido, mas com as formas de organização dos elementos que o constituem.

Embora a gramática se enriqueça e ganhe nova orientação com questões colocadas pela pragmática e pela sociolingüística, não se processa uma ruptura fundamental, pois a questão do sentido continua sendo tratada, essencialmente, no interior do lingüístico:

A contribuição da Sociolingüística, nesse sentido, é a de que se deve observar o uso atual da linguagem; e a da Pragmática é a de que a linguagem em uso deve ser estudada em termos dos atos de fala. Embora essas questões indiquem uma certa mudança em relação à dominância dos estudos da gramática, não produzem um rompimento maior mas apenas o de se acrescentar um outro componente à gramática. O discurso caracteriza-se como o que vem a mais, o que vem depois, o que se acrescenta. Em suma, o secundário, o contingente (Orlandi, 1986, p. 108).

Numa perspectiva oposta à dessa concepção da análise do discurso como extensão da lingüística, Orlandi aponta uma tendência européia que, partindo de "uma relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer", coloca a exterioridade como marca fundamental. Esse pressuposto exige um deslocamento teórico, de caráter conflituoso, que vai recorrer a conceitos exteriores ao domínio de uma lingüística imanente para dar conta da análise de unidades mais complexas da linguagem.

A perspectiva teórica francesa

Para Maingueneau (1987), a chamada “escola francesa de análise do discurso” (que abreviaremos AD) filia-se:

- a uma certa tradição intelectual europeia (e sobretudo da França) acostumada a unir reflexão sobre texto e sobre história. Nos anos 60, sob a égide do estruturalismo, a conjuntura intelectual francesa propiciou, em torno de uma reflexão sobre a “escritura”, uma articulação entre a lingüística, o marxismo e a psicanálise. A AD nasceu tendo como base a interdisciplinaridade, pois ela era preocupação não só de lingüistas como de historiadores e de alguns psicólogos;
- e a uma certa prática escolar que é a da “explicação de texto”, muito em voga na França, do colégio à universidade, nos idos anteriores a 1960. Para A. Culioli (apud Maingueneau, 1987, p. 6), “a França é um país em que a literatura exerceu um grande papel e pode-se perguntar se a análise do discurso não é uma maneira de substituir a explicação de texto enquanto exercício escolar”.

Inscrevendo-se em um quadro que articula o lingüístico com o social, a AD vê seu campo estender-se para outras áreas do conhecimento e assiste-se a uma verdadeira proliferação dos usos da expressão “análise do discurso”. A polissemia de que se investe o termo “discurso” nos mais diferentes esforços analíticos então empreendidos faz com que a AD se mova num terreno mais ou menos fluido. Ela busca, dessa forma, definir o seu campo de atuação, procurando analisar inicialmente *corpora* tipologicamente mais marcados — sobretudo nos discursos políticos de esquerda — e textos impressos. Sente-se a ne-

cessidade de critérios mais precisos para delimitar o campo da AD a fim de se chegar a sua especificidade. Definida inicialmente como “o estudo lingüístico das condições de produção de um enunciado”, a AD se apóia sobre conceitos e métodos da lingüística (“A AD pressupõe a Lingüística e é pressupondo a Lingüística que ganha especificidade em relação às metodologias de tratamento da linguagem nas ciências humanas”, Orlandi, 1986, p. 110). Se por um lado esse pressuposto teórico e metodológico da lingüística distingue a AD das outras áreas das ciências humanas com as quais confina (história, sociologia, psicologia etc.), por outro, entretanto, não será suficiente para, por si só, marcar a sua especificidade no interior dos estudos da linguagem, sob o risco de permanecer numa lingüística imanente. Será necessário considerar outras dimensões, como as que aponta Maingueneau (1987):

- o quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais delimitam fortemente a enunciação;
- os embates históricos, sociais etc. que se cristalizam no discurso;
- o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso.

Dessa forma, a linguagem passa a ser um fenômeno que deve ser estudado não só em relação ao seu sistema interno, enquanto formação lingüística a exigir de seus usuários uma competência específica, mas também enquanto formação ideológica, que se manifesta através de uma competência socioideológica:

Uma prática discursiva não pode se explicar senão em função de uma dupla competência: 1. uma competência específica,

sistema interiorizado de regras especificamente lingüísticas e que asseguram a produção e a compreensão de frases sempre novas — o indivíduo *eu* utilizando essas regras de maneira específica (*performance*); 2. uma competência ideológica ou geral que torna implicitamente possível a totalidade das ações e das significações novas (Slakta, 1971, p. 110).

Preconizando, assim, um quadro teórico que alie o lingüístico ao sócio-histórico, na AD, dois conceitos tornam-se nucleares: o de ideologia e o de discurso. As duas grandes vertentes que vão influenciar a corrente francesa de AD são, do lado da ideologia, os conceitos de Althusser e, do lado do discurso, as idéias de Foucault. É sob a influência dos trabalhos desses dois teóricos que Pêcheux, um dos estudiosos mais profícuos da AD, elabora os seus conceitos. De Althusser, a influência mais direta se faz a partir de seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos de Estado na conceituação do termo “formação ideológica”. E será da *Arqueologia do saber* que Pêcheux extrairá a expressão “formação discursiva”, da qual a AD se apropriará, submetendo-a a um trabalho específico.

O conceito de ideologia

Matizado por nuances significativas, o termo ideologia é ainda hoje uma noção confusa e controversa. Antes de abordar o conceito de ideologia em Althusser, serão expostas algumas colocações sobre o fenômeno ideológico feitas por Marx, do qual o primeiro é tributário, e, em seguida, algumas considerações de Ricoeur (1977), que retoma uma visão interessante de Jaques Ellul sobre o fenômeno ideológico.

Segundo Chauvi (1981), o termo “ideologia”, criado pelo filósofo Destutt de Tracy em 1810 na obra *Elements de idéologie*, nasceu como sinônimo da atividade científica que procurava analisar a faculdade de pensar, tratando as idéias “como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente” (p. 23). Entendida como “ciência positiva do espírito”, ela se opunha à metafísica, à teologia e à psicologia pela exatidão e rigor científicos que se propunham como método.

Contrariando esse significado original, o termo passa a ter um sentido pejorativo pela primeira vez com Napoleão, que qualifica os ideólogos franceses de “abstratos, nebulosos, idealistas e perigosos (para o poder) por causa do seu desconhecimento dos problemas concretos” (Reboul, 1980, p. 17). A ideologia passa a ser vista então como uma doutrina irrealista e sectária, sem fundamento objetivo, e perigosa para a ordem estabelecida.

Em Marx

Em Marx e Engels, vamos encontrar o termo “ideologia” também impregnado de uma carga semântica negativa. À semelhança de Napoleão, que criticara os filósofos franceses, Marx e Engels condenam a “maneira de ver abstrata e ideológica” dos filósofos alemães que, perdidos na sua fraseologia, não buscam a “ligação entre a filosofia alemã e a realidade alemã”, o laço entre sua crítica e seu próprio meio material” (1965, p. 14).

Marx e Engels identificam “ideologia” com a separação que se faz entre a produção das idéias e as condições sociais

e históricas em que são produzidas. Por isso é que eles tomam como base para suas formulações apenas dados possíveis de uma verificação puramente empírica os dados da realidade que são “os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, aquelas que já encontram a sua espera e aquelas que surgem com a sua própria ação” (p. 14).

Dessa forma, citando novamente Marx e Engels, a “produção de idéias, de concepções e da consciência liga-se, a princípio, diretamente e intimamente à atividade material e ao comércio material dos homens, como uma linguagem da vida real”. Conseqüentemente, “a observação empírica tem de mostrar empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação a ligação entre a estrutura social e política e a produção”.

No entanto, o que as ideologias fazem, segundo Marx e Engels, é colocar os homens e suas relações de cabeça para baixo, como ocorre com a refração da imagem numa câmara escura. Metaforicamente, essa inversão da imagem, isto é, o “descer do céu para a terra em vez de ir da terra para o céu” que ele denuncia nos filósofos alemães, representa o desvio de percurso que consiste em partir das idéias para se chegar à realidade.

Segundo Chauí (1980), é nesse momento que, para Marx, nasce

a ideologia propriamente dita, isto é, o sistema ordenado de idéias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores — os teóricos, os ideólogos, os intelectuais — não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. E, sem perceber, exprimem essa desvinculação ou separação através de suas idéias (p. 65).

Essa separação entre trabalho intelectual e trabalho material dá uma aparente autonomia ao primeiro, isto é, às idéias que, autonomizadas e prevalecendo sobre o segundo, passam a ser expressão das idéias da classe dominante.

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual. [...] Na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e distribuição de idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época (Marx e Engels, 1965, p. 14).

É na seqüência dessas colocações que Chauí (1980) chega então à caracterização da ideologia segundo a concepção marxista. Ela é um instrumento de dominação de classe porque a classe dominante faz com que suas idéias passem a ser idéias de todos. Para isso eliminam-se as contradições entre força de produção, relações sociais e consciência, resultantes da divisão social do trabalho material e intelectual. Necessária à dominação de classe, a ideologia é ilusão, isto é, abstração e inversão da realidade, e por isso

permanece sempre no plano imediato do aparecer social... o aparecer social é o modo de ser do social de ponta-cabeça.

A aparência social não é algo falso e errado, mas é o modo como o processo social aparece para a consciência direta dos homens. Isto significa que uma ideologia sempre possui uma base real, só que essa base está de ponta-cabeça, é a aparência social (p. 105).

Para criar na consciência dos homens essa visão ilusória da realidade como se fosse realidade, a ideologia organiza-se “como um sistema lógico e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer” (Chauí, 1980, p. 113). Ela se apresenta, ao mesmo tempo, como explicação teórica e prática. Enquanto explicação, ela não explicita e, aliás, não pode explicitar tudo sob o risco de se perder, de se destruir ao expor, por exemplo, as diferenças, as contradições sociais. Essa manobra camufladora vai fazer com que o discurso, e de modo especial o marcadamente ideológico, se caracterize pela presença de “lacunas”, “silêncios”, “brancos” que preservam a coerência do seu sistema.

Dessa forma, se em Marx o termo “ideologia” parece estar reduzido a uma simples categoria filosófica de ilusão ou mascaramento da realidade social, isso decorre do fato de se tomar, como ponto de partida para a elaboração de sua teoria, a crítica ao sistema capitalista e o respectivo desnudamento da ideologia burguesa. A ideologia a que ele se refere é, portanto, especificamente a ideologia da classe dominante.

Em Althusser

Em *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* (1970), Althusser afirma que, para manter sua dominação, a classe dominante gera mecanismos de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. É aí então que entra o papel do Estado que, através de seus Aparelhos Repressores — ARE — (compreendendo o governo, a administração, o Exército, a polícia, os tribunais, as prisões etc.) e Aparelhos Ideológicos — AIE — (compreendendo instituições tais como: a religião, a escola, a família, o direito, a política, o sindicato, a cultura, a informação), intervém ou pela repressão ou pela ideologia, tentando forçar a classe dominada a submeter-se às relações e condições de exploração. Dentre as diferenças que Althusser estabelece entre os ARE e os AIE estaria sua forma de funcionamento: enquanto que os primeiros “funcionam de uma maneira massivamente prevalente pela repressão (inclusive física), embora funcione secundariamente pela ideologia”; inversamente os segundos “funcionam de um modo massivamente prevalente pela ideologia, embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica” (p. 47).

Althusser assinala que, como todo funcionamento da ideologia dominante está concentrado nos AIE, a hegemonia ideológica exercida através deles é importante para se criarem as condições necessárias para reprodução das relações de produção.

Na segunda parte de seu ensaio, Althusser retoma as indagações sobre o conceito de ideologia, mas não mais sob o enfoque da problemática dos AIE e da reprodução que gira em

torno de um uso específico do conceito, o de "ideologia dominante". Nessa parte do seu estudo, ele vai se aplicar à conceituação do que entende por ideologia em geral, que lhe é distinta das ideologias particulares, "que exprimem sempre, seja qual for a sua forma (religiosa, moral, jurídica, política), posições de classe" (p. 12).

Sua "ideologia em geral" seria, no fundo, a "abstração dos elementos comuns de qualquer ideologia concreta, a fixação teórica do mecanismo geral de qualquer ideologia" e, para explicá-la, formula três hipóteses:

a) "a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência".

Com esta tese, Althusser se opõe à concepção simplista de ideologia como representação mecânica (ou "mimética") da realidade; para ele, o problema da ideologia se coloca de outra forma: a ideologia é a maneira pela qual os homens vivem a sua relação com as condições reais de existência, e essa relação é necessariamente imaginária. Acentua o caráter imaginário, o aspecto, por assim dizer, "produtivo" da ideologia, pois o homem produz, cria formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. O imaginário é o modo como o homem atua, relaciona-se com as condições reais de vida. Sendo essas relações imaginárias, isto é, representadas simbolicamente, abstratamente, supõem um distanciamento da realidade. E esse distanciamento pode ser "a causa para a transposição e para a deformação imaginária das condições de existência reais do homem, numa palavra, para a alienação no imaginário da representação das condições de existência dos homens" (p. 80).

b) "a ideologia tem uma existência porque existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas".

Para explicar sua tese, Althusser parte da colocação feita por uma corrente idealista que reduz a ideologia a idéias dotadas por definição de existência espiritual; em outras palavras, o comportamento (material) de "um sujeito dotado de uma consciência em que forma livremente, ou reconhece livremente, as idéias em que crê", decorre naturalmente dessas idéias que constituem a sua crença. Reconhece-se, dessa forma, que as idéias de um sujeito existem ou devem existir nos seus atos, e se isso não acontece, emprestam-se-lhes outras idéias correspondentes aos atos que ele realiza.

Para Althusser, entretanto, essas idéias deixam de ter uma existência ideal, espiritual, e ganham materialidade na medida em que sua existência só é possível no seio de "um aparelho ideológico material que prescreve práticas materiais governadas por um ritual material, práticas que existem nas ações materiais de um sujeito" (McLennan et al., 1977, p. 125).

A existência da ideologia é, portanto, material, porque as relações vividas, nela representadas, envolvem a participação individual em determinadas práticas e rituais no interior de aparelhos ideológicos concretos. Em outros termos, a ideologia se materializa nos atos concretos, assumindo com essa objetivação um caráter moldador das ações. Isso leva Althusser a concluir que a prática só existe numa ideologia e através de uma ideologia.

c) "a ideologia interpela indivíduos como sujeitos".

Toda ideologia tem por função constituir indivíduos concretos em sujeitos. Nesse processo de constituição, a inter-relação e o (re)conhecimento exercem papel importante no funcionamento de toda ideologia. É através desses mecanismos que a ideologia, funcionando nos rituais materiais da vida cotidiana, opera a transformação dos indivíduos em sujeitos. O reconhecimento se dá no momento em que o sujeito se insere, a si mesmo e a suas ações, em práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos. Como categoria constitutiva da ideologia, será somente através do sujeito e no sujeito que a existência da ideologia será possível.

Em Ricoeur

O fenômeno ideológico tem sido fortemente marcado pelo marxismo. Sem querer combater Marx ou ir a seu favor, Paul Ricoeur alerta para uma tendência que se faz sentir sob a influência de se fazer uma interpretação redutora do fenômeno ideológico partindo de uma análise em termos de classes sociais. Interpretação redutora porque ela define ideologia apenas por sua função de justificação dos interesses de uma classe, a dominante.

Uma definição de ideologia que a reduz às funções de dominação e de justificação é que nos leva a aceitar, sem crítica, a identificação de ideologia com as noções de erro, mentira, ilusão. Ele não nega a existência de tais funções, mas, antes de chegar a ela, diz ser preciso entender uma função anterior e básica que concerne à ideologia em geral. Ele analisa o conceito de ideologia em três instâncias:

a) Função geral da ideologia

Ricoeur (1977) atribui à ideologia a função geral de mediadora na integração social, na coesão do grupo. Esse papel se caracteriza pela presença de cinco traços:

1) A ideologia perpetua um ato fundador inicial. Nesse sentido,

a ideologia é função da distância que separa a memória social de um acontecimento que, no entanto, trata-se de repetir. Seu papel não é somente o de difundir a convicção para além do círculo dos pais fundadores, para convertê-la num credo de todo o grupo, mas também o de perpetuar a energia inicial para além do período de efervescência (p. 68).

Essa perpetuação de um ato fundador está ligada à “necessidade, para um grupo social, de conferir-se uma imagem de si mesmo, de representar-se, no sentido teatral do termo, de representar e encenar”.

2) A ideologia é dinâmica e motivadora. Ela impulsiona a práxis social, motivando-a, e “um motivo é ao mesmo tempo aquilo que justifica e que compromete”. Por isso, “a ideologia argumenta”, estimula uma práxis social que a concretiza. Nesse sentido, ela é mais do que um simples *reflexo* de uma formação social, ela é também *justificação* (porque sua práxis “é movida pelo desejo de demonstrar que o grupo que a professa tem razão de ser o que é”) e *projeto* (porque modela, dita as regras de um modo de vida).

3) Toda ideologia é simplificadora e esquemática. Inerente à sua função justificadora, a ideologia apresenta um caráter codificado “para se dar uma visão de conjunto, não somente do grupo, mas da história e, em última instância, do

mundo". Por isso, visando à eficácia social de suas idéias, ela é racionalizadora e sua forma de expressão preferencial são as máximas, *slogans* e formas lapidares onde a retórica está sempre presente.

- 4) Uma ideologia é operatória e não-temática. Isto é, "ela opera atrás de nós, mais do que a possuímos como um tema diante de nossos olhos. É a partir dela que pensamos, mais do que podemos pensar sobre ela" (p. 70). É devido a esse estatuto não-reflexivo e não-transparente da ideologia que se vinculou a ela a noção de dissimulação, de distorção.
- 5) A ideologia é, poderíamos dizer, intolerante devido à inércia que parece caracterizá-la. Inércia em relação ao aspecto temporal, uma vez que "o novo só pode ser recebido a partir do típico, também oriundo da sedimentação da experiência social". Nesse sentido, a ideologia é conservação e resistência às modificações. O novo põe em perigo as bases estabelecidas pela ideologia. Ele representa um perigo ao grupo cujos membros devem se reconhecer e se reencontrar na comunhão das mesmas idéias e práticas sociais. A ideologia opera, assim, um estreitamento das possibilidades de interpretação dos acontecimentos. Afetada pelo seu caráter esquematizador, ela se sedimenta enquanto os fatos e as situações se transformam. Sedimentação que pode levar ao "enclausuramento ideológico e até mesmo à cegueira ideológica".

b) Função de dominação

Nessa instância, o conceito de ideologia está ligado aos aspectos hierárquicos da organização social cujo sistema de autoridade interpreta e justifica.

Toda autoridade procura, segundo seus sistemas políticos, legitimar-se, e para tal é necessário que haja correlativamente uma crença por parte dos indivíduos nessa legitimidade. Como a legitimação da autoridade demanda mais crença do que os indivíduos podem dar, surge a ideologia como sistema justificador da dominação.

E é no momento em que a ideologia-integração se cruza com a ideologia-dominação que emerge o caráter de distorção e de dissimulação da ideologia. Mas nem todos os traços que foram atribuídos a seu papel mediador passam à função da dissimulação, como se costuma fazer.

c) Função de deformação

Aqui o termo "ideologia" adquire a noção marxista propriamente dita. Tomando a religião (que opera a inversão entre o céu e a terra) como a ideologia por excelência, Marx, como já vimos, conceitua o fenômeno ideológico como aquilo que nos faz, segundo palavras de Ricoeur, "tomar a imagem pelo real, o reflexo pelo original".

Para Ricoeur, essa função de deformação é uma instância específica do conceito de ideologia e supõe as duas outras analisadas anteriormente. Pois para ele é básico, no fenômeno ideológico, o papel mediador incorporado ao mais elementar vínculo social: "a ideologia é um fenômeno insuperável da existência social, na medida em que a realidade social sempre possuiu uma constituição simbólica e comporta uma interpretação, em imagens e representações, do próprio vínculo social" (p. 75).

Seguindo o percurso analítico de Ricoeur, podemos sentir que, na instância inicial, quando o fenômeno ideoló-

gico tem sua função originariamente ligada ao papel de mediador na integração social, a noção de ideologia não carrega propriamente sentido negativo. Esse sentido negativo aparecerá (e se fixará definitivamente com o marxismo) quando o fenômeno se cristalizar em face do problema da autoridade que, acionando o sistema justificativo da dominação, detona o caráter de distorção e de dissimulação da ideologia.

Um balanço das colocações vai-nos mostrar que essas diferentes formas de ver e conceituar a ideologia oscilam entre dois pólos; e isso certamente vai determinar maneiras diferentes de abordar a relação linguagem-ideologia.

De um lado, temos uma concepção de ideologia geralmente ligada à tradição marxista, que apresenta o fenômeno ideologia de maneira mais restrita e particular, entendendo-o como o mecanismo que leva ao escamoteamento da realidade social, apagando as contradições que lhe são inerentes. Conseqüentemente, preconiza a existência de *um* discurso ideológico que, utilizando-se de várias manobras, serve para legitimar o poder de uma classe ou grupo social.

De outro lado, temos uma noção mais ampla de ideologia que é definida como uma visão, uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social numa determinada circunstância histórica. Isso vai acarretar uma compreensão dos fenômenos linguagem e ideologia como noções estreitamente vinculadas e mutuamente necessárias, uma vez que a primeira é uma das instâncias mais significativas em que a segunda se materializa. Nesse sentido, não há *um* discurso ideológico, mas *todos* os discursos o são. Essa postura deixa de lado uma concepção de ideologia como "falsa consciência" ou dissimulação, mascaramento, voltando-se para outra direção ao entender a ideologia como algo inerente ao signo em

geral. Dessa forma, pelo caráter arbitrário do signo, se por um lado a linguagem leva à criação, à produtividade de sentido, por outro representa um risco na medida em que permite manipular a construção da referência. Essa liberdade de relação entre signo e sentido permite produzir, por exemplo, sentidos novos, atenuar outros e eliminar os indesejáveis.

Parece que essas duas concepções não se excluem se partirmos do pressuposto de que a ideologia, enquanto concepção de mundo, apresenta-se como uma forma legítima, verdadeira de pensar esse mundo. Tal modo de pensar, de recortar o mundo — atravessado pela subjetividade — embora se apresente como legítimo, pode ser, no entanto, incompatível com a realidade, isto é, os modos de organização dos dados fornecidos pela ideologia podem ser autônomos, imaginários, fictícios em relação aos modos de organização da realidade. Essa incompatibilidade pode ser vivida de maneira inconsciente. É nesse sentido que Ricoeur diz ser a ideologia operatória e não-temática, porque, "operando atrás de nós" é a partir dela que pensamos e agimos sem, muitas vezes, tematizá-la, trazê-la ao nível da consciência. Ela, entretanto, pode ser produzida intencionalmente. É nesse ponto que as duas concepções de ideologia se cruzam. Isso pode ocorrer especificamente com determinados discursos como o político, o religioso, o da propaganda, enfim, os marcadamente institucionalizados. Neles, faz-se um recorte da realidade, embora, por um mecanismo de manipulação, o real não se mostre na medida em que, intencionalmente, se omitem, atenuam ou falseiam dados, como as contradições que subjazem às relações sociais. Selecionando, dessa maneira, os elementos da realidade e mudando as formas de articulação do espaço da realidade, a ideologia escamoteia o modo de

ser do mundo. E esse modo de ser do mundo, veiculado por esses discursos, é o recorte que uma determinada instituição ou classe social (dominante) num dado sistema (por exemplo, o capitalista) faz da realidade, retratando assim, ainda que de forma enviesada, uma visão de mundo.]

O conceito de discurso em Foucault

Alguns dos conceitos colocados por Foucault foram fecundos para aqueles que se lançaram numa pesquisa lingüística visando ao discurso.

Foucault (1969) concebe os discursos como uma dispersão, isto é, como sendo formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade. Cabe à análise do discurso descrever essa dispersão, buscando o estabelecimento de regras capazes de reger a formação dos discursos. Tais regras, chamadas por Foucault de “regras de formação”, possibilitariam a determinação dos elementos que compõem o discurso, a saber: os *objetos* que aparecem coexistem e se transformam num “espaço comum” discursivo; os diferentes *tipos de enunciação* que podem permear o discurso; os *conceitos* em suas formas de aparecimento e transformação em um campo discursivo, relacionados em um sistema comum; os *temas e teorias*, isto é, o sistema de relações entre diversas estratégias capazes de dar conta de uma formação discursiva, permitindo ou excluindo certos temas ou teorias.

Essas regras que determinam, portanto, uma “formação discursiva” se apresentam sempre como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. São elas que caracterizam a “formação discursiva” em

sua singularidade e possibilitam a passagem da dispersão para a regularidade. Regularidade que é atingida pela análise dos enunciados que constituem a formação discursiva.

[Definindo o discurso como um conjunto de enunciados que se remetem a uma mesma formação discursiva] (“um discurso é um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva”, Foucault, 1969, p. 146.) [para Foucault, a análise de uma formação discursiva consistirá, então, na descrição dos enunciados que a compõem.] E a noção de enunciado em Foucault é contraposta à noção de proposição e de frase (unidades, respectivamente, constitutivas da lógica e da lingüística da frase), concebendo-o como a unidade elementar, básica, que forma um discurso. [O discurso seria concebido, dessa forma, como uma família de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva.]

Foucault enumera quatro características constitutivas do enunciado. A primeira diz respeito à relação do enunciado com seu correlato que ele chama de “referencial”. O “referencial”, aquilo que o enunciado enuncia, “é a condição de possibilidade do aparecimento, diferenciação e desaparecimento dos objetos e relações que são designados pela frase”. Assim, o enunciado, por sua função de existência, “relaciona as unidades de signos que podem ser proposições ou frases com um domínio ou campo de objetos” (Machado, 1981, p. 168), possibilitando-as de aparecerem com conteúdos concretos no tempo e no espaço.

A segunda característica (em cuja exposição nos alongaremos devido à importância da questão para a análise do discurso) diz respeito à relação do enunciado com seu sujeito. Foucault situa-se na vertente oposta a uma concepção idea-

lista do sujeito que, interpretado como o fundador do pensamento e do objeto pensado, vê a história como um processo sem ruptura em que os elementos são introduzidos continuamente no tempo concebido como totalização. Crítica, dessa forma, uma concepção do sujeito enquanto instância fundadora da linguagem:

Poder-se-ia dizer que o tema do sujeito fundador permite elidir a realidade do discurso. O sujeito fundador [...] está encarregado de animar diretamente "com seu modo de ver" as formas vazias da língua: é ele que, atravessando a espessura ou a inércia das coisas vazias, retoma, intuitivamente, o sentido que aí se encontra depositado; é ele igualmente que, para além do tempo, funda horizontes de significações que a história não terá, em seguida, senão que explicitar e onde as proposições, as ciências, os conjuntos dedutivos encontrarão enfim seu fundamento. Em sua relação com o sentido, o sujeito fundador dispõe de signos, de marcas, de traços, de letras. Mas não tem necessidade, para os manifestar, de passar pela instância singular do discurso (1974, p. 49).

Rompendo com essa ordem clássica que via a história como um discurso do contínuo, do desenrolar previsível do Mesmo, Foucault instaura uma nova visão da história como ruptura e descontinuidade, construindo-se uma série de mutações inaugurais onde não há lugar para um projeto divino ou humano. Atribuindo à instância singular do discurso um estatuto privilegiado, para ele, a matéria de uma análise histórica descontínua é o evento na sua manifestação discursiva sem referência a uma teleologia ou a uma subjetividade fundadora: "Descrever uma formulação enquanto enunciado não

consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele diz (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito" (1969, pp. 119-20). Dessa forma, se o sujeito é uma função vazia, um espaço a ser preenchido por diferentes indivíduos que o ocuparão ao formularem o enunciado, deve-se rejeitar qualquer concepção unificante do sujeito. O discurso não é atravessado pela unidade do sujeito e sim pela sua dispersão; dispersão decorrente das várias posições possíveis de serem assumidas por ele no discurso: "as diversas modalidades de enunciação em lugar de remeter à síntese ou à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão" (1969, p. 69). Dispersão que reflete a descontinuidade dos planos de onde fala o sujeito que pode, no interior do discurso, assumir diferentes estatutos. Esses planos "estão ligados por um sistema de relações, o qual não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda ou prévia a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva" (1969, p. 70).

[A concepção de discurso como um campo de regularidades, em que diversas posições de subjetividade podem manifestar-se, redimensiona o papel do sujeito no processo de organização da linguagem, eliminando-o como fonte geradora de significações. Para Foucault, o sujeito do enunciado não é causa, origem ou ponto de partida do fenômeno de articulação escrita ou oral de um enunciado e nem a fonte ordenadora, móvel e constante, das operações de significação que os enunciados viriam manifestar na superfície do discurso.]

Outra característica é a que diz respeito à existência de um domínio, ou seja, de um "campo adjacente" ou "espaço colateral", associado ao enunciado integrando-o a um conjunto

de enunciados, já que, ao contrário de uma frase ou proposição, não existe um enunciado isoladamente:

Todo enunciado se encontra assim especificado: não existe enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas, sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, apoiando-se neles e se distinguindo deles: ele se integra sempre em um jogo enunciativo (1969, p. 124).

A quarta característica constitutiva do enunciado é aquela que o faz emergir como objeto: refere-se a sua condição material. Para caracterizar essa materialidade, Foucault faz uma distinção entre enunciado e enunciação. Esta se dá toda vez que alguém emite um conjunto de signos; enquanto a enunciação se marca pela singularidade, pois jamais se repete, o enunciado pode ser repetido. Hipoteticamente, enunciações diferentes podem encerrar o mesmo enunciado. No entanto, como a repetição de um enunciado depende de sua materialidade, que é de ordem institucional, isto é, depende de sua localização em um campo institucional, uma frase dita no cotidiano, inserida num romance ou inscrita num outro tipo qualquer de texto, jamais será o mesmo enunciado, pois em cada um desses espaços, possui uma função enunciativa diferente.

As idéias de Foucault são fecundas na medida em que colocam diretrizes para uma análise do discurso, mas verificar como se concretizam essas diretrizes, no nível lingüístico propriamente dito, é uma tarefa que deixa aos lingüistas, e ele não a realiza uma vez que não tinha como preocupação central o enfoque do discurso enquanto problema

lingüístico (1979, p. 247). Com essa ressalva, destacaremos dentre as suas idéias, enquanto contribuição para o estudo da linguagem, os seguintes itens:

- a) a concepção do discurso considerado como prática que provém da formação dos saberes, e a necessidade, sobre a qual insiste obsessivamente, de sua articulação com as outras práticas não-discursivas;
- b) o conceito de "formação discursiva", cujos elementos constitutivos são regidos por determinadas "regras de formação";
- c) dentre esses elementos constitutivos de uma formação discursiva, ressalta-se a distinção entre enunciação (que em diferentes formas de jogos enunciativos singulariza o discurso) e o enunciado (que passa a funcionar como a unidade lingüística básica, abandonando-se, dessa forma, a noção de sentença ou frase gramatical com essa função);
- d) a concepção de discurso como jogo estratégico e polêmico: o discurso não pode mais ser analisado simplesmente sob seu aspecto lingüístico, mas como jogo estratégico de ação e de reação, de pergunta e resposta, de dominação e de esquiva e também como luta (1974, p. 6);
- e) o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional), é gerador de poder;
- f) a produção desse discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder.

Língua, discurso e ideologia

Pêcheux (1977) desenvolve uma crítica marxista da concepção foucaultiana do discurso, considerada do ponto de vista da categoria da contradição e conclui sobre a necessidade “de uma apropriação do que o trabalho de Foucault contém de materialista”. É justamente visando a uma articulação entre a concepção de discurso de Foucault e uma teoria materialista do discurso que Pêcheux e Fuchs (1975) preconizam um quadro epistemológico geral da AD que englobe três regiões do conhecimento:

- 1) o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações;
- 2) a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
- 3) a teoria do discurso, como a teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Acrescente-se ainda que essas três regiões — cujos conceitos básicos são os de formação social, língua e discurso — de difícil articulação, estão de uma certa maneira atravessadas pela referência a uma teoria da subjetividade — de natureza psicanalítica.

Pêcheux (1975, p. 17) procura elaborar as bases de uma teoria materialista do discurso, partindo de um duplo ponto de vista:

- a semântica não é, como se tem considerado, uma “parte da lingüística” da mesma forma que a fonologia, a morfologia e a sintaxe. Ela “constitui, na realidade, para a lin-

güística o ponto nodal das contradições que atravessam e organizam esta disciplina sob a forma de tendência, direções de pesquisa, escolas lingüísticas etc.”;

- é justamente neste “ponto nodal” representado pela semântica que a lingüística confina com a filosofia e especificamente, na sua perspectiva, com a ciência das formações sociais ou o materialismo histórico.

Fazendo uma caracterização da situação atual da lingüística, Pêcheux identifica três principais tendências:

- 1) A tendência formalista-logicista, representada pela escola chomskiana, enquanto desenvolvimento crítico do estruturalismo lingüístico através das teorias “gerativas”. Ela se assenta filosoficamente nos trabalhos da escola de Port-Royal (Chomsky, Fillmore, Lakof, McCawley).
- 2) A tendência histórica, conhecida desde o século XIX como “lingüística histórica” (Brunot, Meillet), desembocando hoje nas teorias da variação e da mudança lingüística geográfica, etno, sociolingüística (M. Cohen, V. Weinreich, Labov e de um ponto de vista menos teórico, B. Bernstein).
- 3) Uma terceira tendência que constituiria uma “lingüística da fala” (ou da “enunciação”, da “performance”, da “mensagem”, do “texto”, do “discurso” etc.) em que o acento no primado lingüístico da comunicação faz reativar certas preocupações da retórica e da poética. Essa tendência desemboca numa lingüística do estilo como desvio, transgressão etc. e numa lingüística do diálogo como jogo de afrontamento (R. Jakobson, Benveniste, Ducrot, Barthes, Greimas, Kristeva).

Essas três tendências estão ligadas por relações contraditórias quer se opondo, quer se combinando, quer se subordinando uma à outra. Por exemplo, a tendência histórica liga-se estranhamente à formalista-logicista por diferentes formas intermediárias (o funcionalismo, o distribucionalismo etc.); a lingüística da enunciação mantém também uma relação contraditória com o formalismo-logicista, principalmente com a filosofia analítica da escola de Oxford (Austin, Searle, Strawson etc.), ao abordar os problemas da pressuposição.

Uma contradição comum que opõe a primeira tendência às duas outras é aquela que liga a “*langue*” ao mesmo tempo à “*história*” (2ª tendência) e aos “*sujeitos falantes*” (3ª tendência) ou, em outros termos, “uma contradição entre sistema lingüístico (a *langue*) e determinações não-sistêmicas que, à margem do sistema se opõem a ele e intervêm sobre ele” (p.19). Essa contradição que constitui justamente o objeto da “*semântica*” estaria no centro das pesquisas lingüísticas atuais. Pêcheux não se propõe, em seu trabalho, a resolver essa contradição, mas a contribuir para o aprofundamento da análise dessa contradição através de uma posição firmada no materialismo histórico.

Essa intervenção da filosofia materialista no domínio da lingüística, em vez de trazer soluções, consistirá antes de tudo em colocar uma série de questões sobre seus próprios “*objetos*” e sobre a relação da própria lingüística com um outro domínio científico, o da ciência das formações sociais.

Mecanismos lingüísticos como, por exemplo, a oposição, mencionada por Pêcheux (1975, p. 35), entre explicação/determinação (propriedades morfológicas e sintáticas ligadas ao funcionamento das relativas), que constituem ao mesmo tempo fenômenos lingüísticos e lugares de questões

filosóficas, fazem parte de uma zona de articulação da lingüística com a teoria histórica dos processos ideológicos e científicos:

o sistema da *lingua* é o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para o que dispõe de um conhecimento dado e para o que não dispõe. Isso não resulta que eles terão o mesmo *discurso*: a língua aparece como a base comum de processos discursivos diferenciados (p. 81).

Pêcheux coloca, dessa forma, duas noções fundamentais e opostas:

- a noção de *base lingüística* que constitui precisamente o objeto da lingüística e compreende todo o sistema lingüístico enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas. Dotado de uma relativa autonomia, o sistema lingüístico é regido por leis internas;
- a noção de *processo discursivo-ideológico* que se desenvolve sobre a base dessas leis internas; rejeita-se, assim, qualquer hipótese de uma discursividade enquanto utilização “*acidental*” dos sistemas lingüísticos ou enquanto “*parole*”, isto é, uma maneira “*concreta*” de habitar a “*abstração*” da “*langue*”. O conceito de processo discursivo é elaborado a partir da noção foucaultiana de sistema de formação compreendida como conjunto de regras discursivas que determinam a existência dos objetos, conceitos, modalidades enunciativas, estratégias. A preocupação de Pêcheux é inscrever o processo discursivo em uma relação ideológica de classes, pois reconhece, citando Balibar, que, se a língua é indi-

ferente à divisão de classes sociais e à sua luta (daí a relativa autonomia do sistema lingüístico), estas (as classes sociais) não o são em relação à língua a qual utilizam de acordo com o campo de seus antagonismos.

Essa distinção fundamental leva a reconhecer que:

- ⊙ a língua constitui a condição de possibilidade do “discurso”, pois é uma espécie de invariante pressuposta por todas as condições de produção possíveis em um momento histórico determinado;
- ⊙ os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso e a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido.

[Segundo essa perspectiva, se processo discursivo é produção de sentido, discurso passa a ser o espaço em que emergem as significações. E aqui, o lugar específico da constituição dos sentidos é a formação discursiva, noção que, juntamente com a de condição de produção e formação ideológica, vai constituir uma tríade básica nas formulações teóricas da análise do discurso.]

Condições de produção do discurso

Para Courtine (1981), as origens da noção de condições de produção (que abreviaremos CP) são de três ordens:

- a) origina-se em primeiro lugar da análise do conteúdo tal como é praticada sobretudo na psicologia social;

b) origina-se indiretamente da sociolingüística na medida em que esta admite variáveis sociológicas (“o estado social do emissor, o estado social do destinatário, as condições sociais da situação de comunicação...”) como responsáveis pelas CPs do discurso;

c) tem uma origem implícita no texto de Harris, *Discourse analysis* (1952): nele não figura o termo CP, mas o termo “situação”, colocado em correlação com o de “discurso” ao referir-se ao fato de se dever considerar como fazendo parte do discurso apenas as frases “que foram pronunciadas ou escritas umas em seguida das outras por uma ou várias pessoas em uma só situação” ou de estabelecer uma correlação entre as características individuais de um enunciado e “as particularidades de personalidade que provêm da experiência do indivíduo em situações interpessoais condicionadas socialmente” (apud Courtine, 1981, p. 20).

Essa noção de situação se mostra insuficiente e ainda bastante próxima da formulação de CP elaborada pela análise de conteúdo da psicologia social ou da sociolingüística.

Na seqüência dessas concepções de origem, dois conjuntos de definição da noção de CP se sucederam:

- um nomeado por Courtine (1981, p. 21) como “definições empíricas” em que “as CPs do discurso tendem a se confundir com a definição empírica de uma situação de enunciação”;
- outro que forma um conjunto de “definições teóricas” que aparecem na AD desde 1971 ao lado da noção de “formação discursiva” (Haroche et al., 1971, p. 102).

Foi Pêcheux (1969) quem tentou fazer a primeira definição empírica geral da noção de CP. Ele o fez inscrevendo a noção no esquema "informacional" da comunicação elaborado por Jakobson (1963, p. 214); esquema que, apresentando a vantagem de colocar em cena os protagonistas do discurso e o seu "referente" permite compreender as condições (históricas) da produção de um discurso. A contribuição de Pêcheux está no fato de ver nos protagonistas do discurso não a presença física de "organismos humanos individuais", mas a representação de "lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia". Assim, no interior de uma instituição escolar há "o lugar" do diretor, do professor, do aluno, cada um marcado por propriedades diferenciais. No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis, acham-se representadas por uma série de "formações imaginárias" que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Dessa forma, em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do "imaginário" do outro, fundar estratégias de discurso.

Segundo Courtine (1981), essa tentativa de definição da noção de CP, esboçada por Pêcheux, não rompe, entretanto, com as origens psicossociológicas já assinaladas na fase anterior. Para ele, "os termos 'imagem' ou 'formação imaginária' poderiam perfeitamente ser substituídos pela noção de 'papel' tal como é utilizada nas 'teorias do papel' herdadas da sociologia funcionalista de Parsons, ou ainda do interacionismo psicossociológico de Goffman" (p. 22).

É, por exemplo, essa postura que Courtine detecta no trabalho em que Courdresses (1971) analisa as diferenças enunciativas que caracterizam os discursos de Blum e Thorez. Nele, as CPs são formuladas de modo que assegurem a "passagem contínua da história (a conjuntura e o estado das relações sociais) ao discurso (enquanto tipologias que nele se manifestam) pela mediação de uma caracterização psicossociológica (as relações do indivíduo ao grupo) de uma situação de enunciação" (p. 22). Sob esse enfoque, a relação entre língua e discurso, mediatizada pelo psicossociológico, apaga as determinações propriamente históricas, fazendo com que a caracterização do processo da enunciação em cada discurso não seja relacionada ao efeito de uma conjuntura, mas às características individuais de cada locutor ou ainda às relações interindividuais que se manifestam no seio de um grupo. Na noção de CP assim definida, o plano psicossociológico domina o plano histórico, não havendo uma hierarquização teórica dos planos de referência.

Courtine propõe uma definição de CP que não seja atraída por essa operação psicologizante das determinações históricas do discurso, fazendo-as transformar-se em simples circunstâncias. Circunstâncias em que interagem os "sujeitos do discurso", que passam a constituir a fonte de relações discursivas das quais, na verdade, não são senão o portador ou o efeito. Postula uma redefinição da noção de CP alinhada à análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos e articulada teoricamente com o conceito de formação discursiva.

Formação ideológica e formação discursiva

O discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza; isto é, é um dos aspectos materiais da "existência material" das ideologias. Ao analisarmos a articulação da ideologia com o discurso, dois conceitos já tradicionais em AD devem ser colocados: o de formação ideológica (que abreviaremos FI) e o de formação discursiva (FD).

Para Pêcheux (1975), a região do materialismo histórico que interessa a uma teoria do discurso é a da superestrutura ideológica ligada ao modo de produção dominante na formação social considerada. Dessa forma, é uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica que deve caracterizar a ideologia.

o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como "determinado em última instância" pela instância econômica na medida em que ele aparece como uma das condições (não-econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base econômica.

Essa concepção da instância ideológica, que vai permitir a Pêcheux chegar à representação do "exterior da língua", é caudatária do trabalho de Althusser sobre as ideologias.

Na reprodução das relações de produção, uma das formas pela qual a instância ideológica funciona é a da "interpelação ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico". Essa interpelação ideológica consiste em fazer com que cada indivíduo (sem que ele tome consciência disso, mas, ao contrário, tenha a impressão de que é senhor de sua própria vontade) seja levado a

ocupar seu lugar em um dos grupos ou classes de uma determinada formação social. As classes sociais, assim constituídas, mantêm relações que são reproduzidas continuamente e garantidas materialmente pelo que Althusser denominou AIE. Realidades complexas, os AIE "colocam em jogo práticas associadas a lugares ou a relação de lugares que remetem à relação de classe". Num determinado momento histórico e no interior mesmo desses aparelhos, as relações de classe podem caracterizar-se pelo afrontamento de posições políticas e ideológicas que se organizam de forma a entreter entre si relações de aliança, de antagonismos ou de dominação. Essa organização de posições políticas e ideológicas é que constitui as formações ideológicas que Haroche et al. (1971, p. 102) assim definem:

Falar-se-á de formação ideológica para caracterizar um elemento (determinado aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força confrontada com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem "individuais" nem "universais" mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas em relação às outras.

Constituindo o discurso um dos aspectos materiais de ideologia, pode-se afirmar que o discursivo é uma espécie pertencente ao gênero ideológico. Em outros termos, a formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas.

São as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam "o que pode e deve ser dito" a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada.

Concebida por Foucault (1969) ao interrogar-se sobre as condições históricas e discursivas nas quais se constituem os sistemas de saber e, depois, elaborada por Pêcheux, a noção de FD representa na AD um lugar central da articulação entre língua e discurso.

Formalmente, a noção de FD envolve dois tipos de funcionamento:

- a) a paráfrase: uma FD é constituída por um sistema de paráfrase, isto é, é um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade. A essa noção, Orlandi (1984) contrapõe uma outra: a de polissemia, atribuindo a esses conceitos opostos o papel de mecanismos básicos do funcionamento discursivo. Enquanto a paráfrase é um mecanismo de "fechamento", de "delimitação" das fronteiras, de uma formação discursiva, a polissemia rompe essas fronteiras, "embaralhando" os limites entre diferentes formações discursivas, instalando a pluralidade, a multiplicidade de sentidos;
- b) o pré-construído: constitui, segundo Pêcheux (1975), um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos com a lingüística. Introduzido por Henry (1975), o termo designa aquilo que remete a uma construção anterior e exterior, independente, por oposição ao que é "construído" pelo enunciado. É o elemento que irrompe na superfície discursiva como se estivesse já-aí.

O pré-construído remete assim às evidências através das quais o sujeito dá a conhecer os objetos de seu discurso: "o que cada um sabe" e simultaneamente "o que cada um pode ver" em uma situação dada. Isso equivale a dizer que se constitui, no seio de uma FD, um Sujeito Universal que garante "o que cada um conhece, pode ver ou compreender"

e que determina também "o que pode ser dito" (Courtine, 1981). Nesse sentido, o pré-construído corresponde ao "toujours déjà-lá" da interpelação ideológica que não só fornece mas impõe à "realidade" ("o mundo das coisas") o seu "sentido" sob a forma da universalidade. Assim, o pré-construído, entendido como "objeto ideológico, representação, realidade" é assimilado pelo enunciador no processo do seu assujeitamento ideológico quando se realiza a sua identificação, enquanto sujeito enunciador, com o Sujeito Universal da FD.

O conceito de FD regula, dessa forma, a referência à interpelação/assujeitamento do indivíduo em sujeito de seu discurso. É a FD que permite dar conta do fato de que sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a dar às palavras, "falar diferentemente falando a mesma língua". Isso leva a constatar que uma FD não é "uma única linguagem para todos" ou "para cada um sua linguagem", mas que numa FD o que se tem é "várias linguagens em uma única". São essas constatações que levam Courtine e Marandin (1981) a concluir que:

Uma FD é, portanto, heterogênea a ela própria: o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ela não

consiste em um limite traçado de forma definitiva, separando um exterior e um interior, mas se inscreve entre diversas FDs como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica.

É em consequência dessa heterogeneidade própria a toda FD que Courtine (1982) ainda a caracteriza como uma unidade dividida que tem como princípio constitutivo a contradição, tomando como apoio a afirmação de Foucault (1969, p. 186):

Tal contradição, longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele libere enfim sua verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência: é a partir dela que ele emerge, é ao mesmo tempo para traduzi-la e para superá-la que ele se põe a falar [...], é porque ela está sempre aquém dele e ele jamais pode contorná-la inteiramente, que ele muda, que ele se metamorfoseia, que ele escapa por si mesmo a sua própria continuidade. A contradição funciona, então, no fio do discurso, como o princípio de sua historicidade.

Dessa forma, embora uma FD determine a seus falantes “o que deve e pode ser dito” buscando uma homogeneidade discursiva, os efeitos das contradições ideológicas de classe são recuperáveis no interior mesmo da “unidade” dos conjuntos de discurso.

Cabe à AD trabalhar seu objeto (o discurso) inscrevendo-o na relação da língua com a história, buscando na materialidade lingüística as marcas das contradições ideológicas. Repetindo ainda Foucault (1986, p. 187), “analisar o discurso

é fazer desaparecer e reaparecer as contradições: é mostrar o jogo que jogam entre si; é manifestar como pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência”. É nesse sentido, ainda, que ele vê uma FD como um “espaço de dissenções múltiplas” em que atuam oposições (a contradição entre a unidade e a diversidade, entre a coerência e a heterogeneidade) cujos níveis e papéis devem ser descritos não com o objetivo de nivelá-las ou pacificá-las em formas gerais de pensamento, mas de demarcar “o ponto em que elas se constituem, de definir a forma que assumem, as relações que têm entre si e o domínio que elas comandam” (p. 192). Analisar o discurso é descrever os “sistemas de dispersão” dos enunciados que o compõem através das suas “regras de formação”. Se eles apresentam um sistema de dispersão semelhante, podendo definir uma regularidade nas suas “formas de repartição”, pode-se dizer que eles pertencem a uma mesma FD.

Aproximando as duas abordagens de FD feitas por Foucault e Pêcheux, Courtine vê o conceito de FD ligar contraditoriamente dois modos de existência do discurso como objeto de análise:

- o nível do enunciado: diz respeito ao sistema de formação dos enunciados que englobaria “um feixe complexo de relações” funcionando como regra. Enquanto regra, esse sistema determinaria “o que pode e deve ser dito” por um sujeito falante situado num dado lugar, numa dada conjuntura, no interior de uma FD, sob a dependência do interdiscurso desta última. Esse nível é o lugar da constituição da “matriz do sentido” de uma FD determinada no plano dos processos históricos de formação, reprodução e transformação dos enunciados. Esse nível se situa no

plano das “regularidades pré-terminais”, aquém da coerência visível e horizontal dos elementos formados;

- o nível de formulação: refere-se ao “estado terminal do discurso” onde os enunciados manifestam certa “coerência visível horizontal”. Trata-se do intradiscurso em que a seqüência discursiva existe como discurso concreto no interior do “feixe complexo de relações” de um sistema de formação (Courtine, 1981, p. 40).

Dessa forma, toda seqüência discursiva deve ser analisada em um processo discursivo de reprodução/transformação dos enunciados no interior de uma FD dada: daí porque o estudo do intradiscurso de toda seqüência manifesta deve estar associado ao do interdiscurso da FD.

Voltemos à noção de condições de produção cuja redefinição teórica era preconizada por Pêcheux. Para romper com a concepção psicossocial das CPs de um discurso, entendida enquanto circunstâncias de um ato de comunicação e enquanto relações de lugar, ambigualmente, confundidas com o jogo em espelho de papéis interiores a uma instituição (como sugeria seu texto de 1969), coloca como uma necessidade reordenar o conceito, submetendo-o à dependência da relação que uma FD entretém com a “pluralidade contraditória” de seu interdiscurso. Para isso deverá buscar uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador.

Desenvolveremos a seguir duas noções fundamentais para a análise do discurso: a de sujeito e a de interdiscursividade.

CAPÍTULO 2

SOBRE A NOÇÃO DE SUJEITO

A reflexão sobre a língua tem seguido duas tendências. Segundo a epistemologia clássica, a língua tinha como função representar o real. Para ela, um enunciado era verdadeiro se correspondesse a um estado de coisas existentes. Ela mobilizava, dessa forma, o conceito de verdade, privilegiando o lexicalismo na teorização da língua e da significação. Isto é, de acordo com essa tendência *representativa* — domínio do “dizer”, do nomear (Parret, 1983) — os nomes representariam o protótipo das categorias gramaticais, atribuindo-se ao nome próprio o ideal da representação pura. E, nesse quadro, não se colocava a questão da subjetividade.

Esse poder de representação da língua continua na episteme moderna, mas para uma vertente de lingüistas, filósofos da linguagem, essa função deixa de ser fundamental. Opondo-se ao tradicional paradigma clássico, neoplatônico, emerge, assim, uma nova maneira de ver a língua, apreendendo-a enquanto função *demonstrativa* — domínio do “mostrar”, da mostração. Deslocando-se o lugar da função representativa do real, a língua adquire espessura própria, pois, liberta das amarras que a prendiam a uma con-

cepção que a considerava apenas enquanto capacidade de exprimir representações, passa a ser desvendada na sua estrutura.)

Segundo essa tendência, uma das categorias que passa a ser exemplar é a dos demonstrativos, funcionando mais como uma operação (predicação, afirmação e outros tipos de atos de linguagem) do que como categoria gramatical. É situando-se nesse ponto de vista que Bühler considera a língua como um "campo monstratório". Nessa perspectiva se inscreve também Benveniste que, através do estudo dos pronomes, coloca a questão da subjetividade na linguagem.

[Nesse quadro teórico, o sujeito passa a ocupar uma posição privilegiada, e a linguagem passa a ser considerada o lugar da constituição da subjetividade. E porque constitui o sujeito, pode representar o mundo.]

Analisando o percurso da concepção do sujeito nas teorias lingüísticas modernas, Orlandi (1983) distingue as seguintes etapas:

- *primeira fase*: em que as relações interlocutivas estão centradas na idéia da interação, harmonia conversacional, troca entre o *eu* e o *tu*. Nessa concepção idealista enquadram-se, por exemplo, a noção de sujeito de Benveniste e aquela regida pelas leis conversacionais decorrentes do princípio de cooperação griceano;
- *segunda fase*: em que se passa para a idéia do conflito. Centradas no outro, segundo essa concepção, as relações intersubjetivas são governadas por uma tensão básica em que o *tu* determina o que o *eu* diz, ocorrendo uma espécie de tirania do primeiro sobre o segundo. É a concepção fortemente influenciada pela retórica, presente nos momentos iniciais da AD cujas análises focalizaram sobretudo os discursos políticos;

- *terceira fase*: em que, reconhecendo, no binarismo da concepção anterior, uma polarização que impedia apreender o sujeito na sua dispersão, diversidade, a AD procura romper com a circularidade dessa estrutura dual, ao reconhecer no sujeito um caráter contraditório que, marcado pela incompletude, anseia pela completude, pela vontade de "querer ser inteiro". Assim, numa relação dinâmica entre identidade e alteridade, o sujeito é ele mais a complementação do outro. O centro da relação não está, como nas concepções anteriores, nem no *eu* nem no *tu*, mas no espaço discursivo criado entre ambos. O sujeito só se completa na interação com o outro.

A subjetividade em Benveniste

Refazendo mais detalhadamente alguns momentos desse percurso, voltemos a Benveniste que (re)incorporou aos estudos lingüísticos a noção de subjetividade. Essa noção tem ocupado, modernamente, um amplo espaço nas discussões lingüísticas. Tendo por preocupação maior analisar "o próprio ato de produzir um enunciado e não o texto de um enunciado", isto é, o processo e não o produto, Benveniste procura "esboçar, no interior da língua, as características formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza".

Ao definir a enunciação como um processo de apropriação da língua para dizer algo, levanta dois aspectos:

- a) para ele, a língua é apenas uma possibilidade que ganha concretude somente no ato da enunciação, isto é, enquanto emprego e expressão de uma certa relação com o mundo. Dessa forma, a referência passa a ser parte integrante da enunciação;

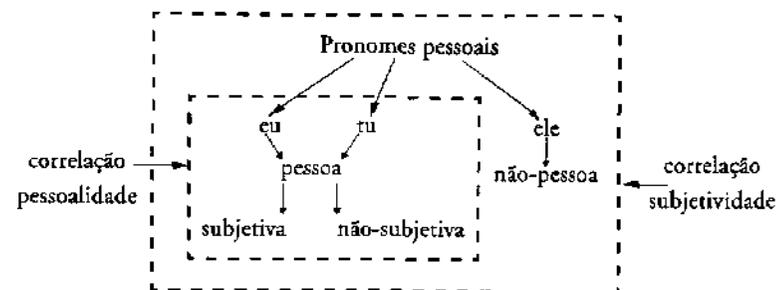
b) coloca não só a questão da significação na instanciação discursiva como faz também passar a noção de sentido pela do sujeito. Isto é, introduz “aquele que fala na sua fala”, colocando necessariamente a figura do locutor e a questão da subjetividade: “É na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como *sujeito*” (1966, p. 288).

Segundo Benveniste, a subjetividade é a capacidade de o locutor se propor como sujeito do seu discurso e ela se funda no exercício da língua. Esse locutor enuncia sua posição no discurso através de determinados índices formais dos quais os pronomes pessoais constituem o primeiro ponto de apoio na revelação da subjetividade na linguagem. No processo da enunciação, ao instituir-se um *eu*, institui-se necessariamente um *tu*: “Imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro face a ele, qualquer que seja o grau de presença que ele atribui a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação — ela postula um alocutário” (1974, p. 82). *Eu* e *tu* são os protagonistas da enunciação e, referindo um indivíduo específico, apresenta a marca da *pessoa*. Distinguem-se, entretanto, pela marca da subjetividade: *eu* é pessoa subjetiva e *tu* pessoa não-subjetiva. Nessa correlação de subjetividade, Benveniste reconhece uma transcendência do primeiro sobre o segundo (“ego tem sempre uma posição de transcendência em relação ao tu, apesar disso nenhum dos dois termos se concebe sem o outro; são complementares e ao mesmo tempo reversíveis” [1966, p. 286]). O *eu* se caracteriza ainda por ser único na instância discursiva e válido somente na sua unicidade.

Em oposição ao *eu* e ao *tu* que têm a marca da pessoa, tem-se o *ele*, a não-pessoa (o “ausente” dos gramáticos árabes),

que, não tendo a marca da pessoa, não refere um indivíduo específico; relata, dessa forma, um processo que se desenvolve fora da relação da subjetividade.

Essas colocações podem ser sintetizadas no seguinte quadro:



Embora acentue, na relação discursiva, a figura do parceiro — “real ou imaginário, individual ou coletivo” — (“você se constitui como *eu* na medida em que alguém é constituído como *tu*”), Benveniste vê no *EGO* o centro da enunciação e o identifica ainda à noção de sujeito, ao afirmar que a constituição da subjetividade vai se fazendo à medida que se tem capacidade de dizer *eu*.

Neste ponto, é que parece localizar a fissura através da qual se tem criticado atualmente a posição de Benveniste, pois a subjetividade é inerente a toda linguagem e sua constituição se dá mesmo quando não se enuncia o *eu*. Os discursos que utilizam de formas indeterminadas, impessoais como o discurso científico, por exemplo, ou o discurso do esquizofrênico em que o locutor utiliza o *ele* para se referir a si mesmo — mostram uma enunciação que mascara sempre um sujeito. Isto é, nesses tipos de enunciação, o sujeito enuncia de outro lugar, postando-se numa outra perspectiva, seja a da impessoalidade

em busca de uma objetivação dos fatos ou de um apagamento da responsabilidade pela enunciação, seja a da incapacidade patológica de assunção de um *eu*. Essa estratégia de mascaramento é também uma forma outra de constituição da subjetividade. Só que nela o sujeito perde seu eixo então centralizado num *eu* todo-poderoso, monolítico, descentrando-se e dispersando-se ou para outras formas do paradigma da pessoa ou para outros papéis que assume no discurso.

Assim, a teoria benvenistiana da representação do sujeito no discurso torna-se, às vezes, restrita diante de uma complexidade maior que o discurso na realidade (re)vela. É segundo essa perspectiva que notamos em Benveniste, certa contradição quando coloca a distinção entre os dois modos de enunciação: a discursiva e a histórica. Para ele, a enunciação discursiva tem as marcas da subjetividade enquanto que a enunciação histórica não. Nesta, abole-se tudo que é estranho à narrativa dos acontecimentos que são apresentados como se narrassem a si mesmos. Não há um locutor aqui, caracterizando-se o discurso pela ausência da subjetividade. Essa colocação contradiz o que foi exposto, pois, como vimos, se toda enunciação é um ato de apropriação da língua, impõe-se, necessariamente, a figura de um sujeito, de alguém que pratica o ato de apropriação.

Resumindo, o sujeito de Benveniste é um *eu* que se caracteriza pela homogeneidade e unicidade e se constitui na medida em que interage com um *tu* — alocutário — opondo-se ambos à não-pessoa, *ele* (*eu-tu* versus *ele*). Apesar de esse *tu* ser complementar e indispensável, na relação é o *eu* que tem ascendência sobre o *tu*.

Denominado sintomaticamente esse *eu* de *ego*, sente-se, nas colocações de Benveniste, uma marcação bastante acen-

tuada de uma subjetividade “ego-cêntrica” a reger o mecanismo da enunciação.

O sujeito descentrado: o eu e o outro

Veremos agora algumas abordagens que, situando-se numa outra perspectiva, concebem diferentemente a noção de sujeito. Para essas abordagens, a noção de história é fundamental, pois, porque marcado espacial e temporalmente, o sujeito é essencialmente histórico. E porque sua fala é produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo, à concepção de um sujeito histórico articula-se outra noção fundamental: a de um sujeito ideológico. Sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social. Dessa forma, como ser projetado num espaço e num tempo orientado socialmente, o sujeito situa o seu discurso em relação aos discursos do outro. Outro que envolve não só o seu destinatário para quem planeja, ajusta a sua fala (nível intradiscursivo), mas que também envolve outros discursos historicamente já constituídos e que emergem na sua fala (nível interdiscursivo). Nesse sentido, questiona-se aquela concepção do sujeito enquanto ser único, central, origem e fonte do sentido, formulado inicialmente por Benveniste, porque na sua fala outras vozes também falam.

Segundo essa tendência, a noção de subjetividade não está mais centrada na transcendência do *EGO*, mas relativizada no par *EU-TU*, incorporando o outro como constitutivo do sujeito. Disso decorre uma concepção de linguagem também não mais assentada na noção de homogeneidade. A linguagem não é mais evidência, transparência de sentido produzida por

um sujeito uno, homogêneo, todo-poderoso. É um sujeito que divide o espaço discursivo com o outro.

Podemos ver, de maneira evidente, a manifestação dessa heterogeneidade na própria superfície discursiva através da materialidade lingüística do texto, de formas marcadas que vão das mais explícitas às mais implícitas, das mais simples às mais complexas.

A heterogeneidade discursiva

Authier-Revuz (1982) indica algumas dessas formas de heterogeneidade que acusam a presença do outro:

a) o discurso relatado:

- no discurso indireto, o locutor, colocando-se enquanto tradutor, usa de suas próprias palavras para remeter a uma outra fonte do "sentido";
- no discurso direto, o locutor, colocando-se como "porta-voz", recorta as palavras do outro e cita-as;

b) as formas marcadas de conotação autonímica: o locutor inscreve no seu discurso, sem que haja interrupção do fio discursivo, as palavras do outro, mostrando-as, assinalando-as quer através das aspas, do itálico, de uma entonação específica, quer através de um comentário, uma glosa, um ajustamento, ou de uma remissão a um outro discurso, funcionando como "marcas de uma atividade de controle/ regulagem do processo de comunicação";

c) formas mais complexas em que a presença do outro não é explicitada por marcas unívocas na frase. É o caso do discurso indireto livre, da ironia, da antífrase, da alusão, da imitação, da reminiscência em que se joga com o outro discurso (às vezes, tornando-o mais vivo) não mais no nível da transparência, do explicitamente mostrado ou dito, mas no espaço do implícito, do semidesvelado, do sugerido. Aqui não há uma fronteira lingüística nítida entre a fala do locutor e a do outro, as vozes se imiscuem nos limites de uma única construção lingüística.

Essas outras formas marcadas, lingüisticamente descritíveis, que assinalam um lugar ao outro e revelam, mostram a heterogeneidade na superfície discursiva, estão ancoradas num princípio que fundamenta a própria natureza da linguagem: a sua heterogeneidade constitutiva.

Um dos suportes a que Authier-Revuz recorre para explicar a articulação da realidade das formas de heterogeneidade mostrada no discurso com a realidade da heterogeneidade constitutiva do discurso é o dialogismo concebido pelo círculo de Bakhtin.

Monologismo versus dialogismo

Bakhtin (Voloshinov-1929) parte de uma crítica ao objetivismo abstrato de Saussure que trata a língua como um sistema monológico, colocando que "a verdadeira substância da língua [...] não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas [...] mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação e das enunciações" (p. 109).

Postula uma concepção do ser humano em que o outro desempenha um papel fundamental; para ele, o ser humano é inconcebível fora das relações que o ligam ao outro: “não tomo consciência de mim mesmo senão através dos outros, é deles que eu recebo as palavras, as formas, a tonalidade que formam a primeira imagem de mim mesmo. Só me torno consciente de mim mesmo, revelando-me para o outro, através do outro e com a ajuda do outro” (apud Todorov, 1981, p. 148). Por isso, para ele a palavra não é monológica, mas plurivalente, e o dialogismo passa a ser, no quadro de suas formulações, uma condição *constitutiva* do sentido. Baseado nesses pressupostos, Bakhtin elabora a sua *teoria da polifonia*.

Ao analisar uma série de textos, Bakhtin assinala um contraponto a determinar seus mecanismos de enunciação. Distingue uma categoria de textos, sobretudo de textos literários (como os de Dostoievski) e da literatura popular, por ele denominada também de carnavalesca, em que o autor se investe de uma série de “máscaras” diferentes. Qualifica tais textos de polifônicos, uma vez que essas “máscaras” representam várias vozes a falarem simultaneamente sem que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras. Por outro lado, há uma outra categoria de textos (os da literatura clássica, como os de Gogol, ou da dogmática) em que, numa fala monológica, uma só voz se faz ouvir; em que as várias consciências presentes na obra são objetos do narrador. Dessa forma, no pólo oposto ao do dialogismo, Bakhtin coloca o monologismo que

nega a existência fora de si de uma outra consciência, tendo os mesmos direitos e podendo responder em pé de igualdade um outro *eu* igual (tu). Na abordagem monológica

(sob sua forma extrema ou pura), o outro permanece inteira e unicamente objeto da consciência e não pode formar uma consciência outra. Não se espera dela uma resposta tal que possa tudo modificar no mundo da minha consciência. O monólogo é completo e surdo à resposta do outro, não o espera e não reconhece nele força decisiva [...] O monólogo pretende ser a *última palavra* (apud Todorov, 1981, p. 165).

Bakhtin coloca também questões críticas ao conceito de língua da lingüística estrutural pelo fato de ele não ser articulável nem com a história, nem com o sujeito, nem com uma prática social concreta. Sempre de uma perspectiva dialógica, concebe que práticas linguajares socialmente diversificadas e contraditórias se inscrevem historicamente no interior de uma mesma língua.

Nos estudos do círculo de Bakhtin, segundo Authier-Revuz (1982, p. 102), um paradigma percorre coerentemente os diversos domínios abordados:

- o dialógico *versus* o monológico;
- o múltiplo, o plural *versus* o único;
- o outro no um *versus* o um e o outro;
- o heterogêneo *versus* o homogêneo;
- o conflitual *versus* o imóvel;
- o relativo *versus* o absoluto, o centro;
- o inacabado *versus* o acabado, o dogmático.

É sobre os elementos desse paradigma que se constrói, ancorada historicamente, uma teoria da produção do discurso e do sentido. Rompendo-se com o monologismo, instaurando

uma perspectiva dialógica, Bakhtin opõe a uma concepção ptolemaica da linguagem “diretamente intencional, categórica, única e singular”, uma “consciência galileana, relativizada da linguagem”.

Para Bakhtin, a dialogização do discurso tem uma dupla orientação: uma voltada para os “outros discursos” como processos constitutivos do discurso, outra voltada para o outro da interlocução — o destinatário:

É um *duplo dialogismo* — não por adição, mas em interdependência — que é colocado na fala: a orientação dialógica de todo discurso entre os “outros discursos” é ela própria dialogicamente orientada, determinada por “este outro discurso” específico do receptor, tal como ele é imaginado pelo locutor, como condição de compreensão do primeiro (Authier-Revuz, p. 118).

Segundo a primeira orientação, toda palavra é “pluricentuada”; acentos contraditórios cruzam-se no seu interior e o sentido se constitui nesse e por esse entrecruzamento:

Um enunciado vivo, significativamente surgido em um momento histórico e em um meio social determinados, não pode deixar de tocar em milhares de fios dialógicos vivos, tecidos pela consciência socioideológica em torno do objeto de tal enunciado e de participar ativamente do diálogo social. De resto, é dele que o enunciado saiu: ele é como sua continuação, sua réplica... (Bakhtin, 1978, p. 100).

Esses “fios dialógicos vivos” são os “outros discursos” ou o discurso do outro que, intertextualmente, colocados como

constitutivos do tecido de todo discurso, têm lugar não ao lado mas no interior do discurso. O discurso se tece polifonicamente, num jogo de várias vozes cruzadas, complementares, concorrentes, contraditórias.

A orientação voltada para o destinatário tem na interlocução um fator específico para a dialogização do discurso, pois “toda enunciação depende ‘bivocalmente’ do locutor e do alocutário”. Ao enunciar, o locutor instaura um diálogo com o discurso do receptor na medida em que o concebe não como um mero decodificador, mas como um elemento ativo, atribuindo-lhe, emprestando-lhe a imagem de um contradiscurso: “constituindo-se na atmosfera do ‘já-dito’, o discurso é determinado ao mesmo tempo pela réplica ainda não dita, mas solicitada e já prevista” (Bakhtin, 1978, p. 103). A leitura que Authier-Revuz faz de Bakhtin, articulando o conceito de dialogismo como o seu (dela) de heterogeneidade constitutiva da linguagem, nos leva a ver que, segundo essa perspectiva, o conceito de subjetividade não pode estar centrado num ego enquanto entidade única e fonte toda-poderosa de sua palavra, mas num sujeito que se cinde porque é átomo, partícula de um corpo histórico-social, no qual interage com outros discursos de que se apossa ou diante dos quais se posiciona (ou é posicionado) para construir sua fala.

O discurso e seu avesso

Situando-se numa perspectiva também exterior à linguística, Authier-Revuz mostra ainda como a psicanálise questiona a unicidade significante da concepção homogeneizadora da discursividade.

Entendendo o sujeito como um efeito de linguagem, a psicanálise busca suas formas de constituição não no interior de uma “fala homogênea”, mas na diversidade de uma “fala heterogênea que é consequência de um sujeito dividido”. Sujeito dividido entre o consciente e o inconsciente. “O inconsciente é este capítulo da minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é capítulo censurado”, como define Lacan (apud Authier-Revuz). Ele pode ser recuperado, reconstruído a partir de traços deixados por esses apagamentos, esquecimentos, cabendo ao analista a tarefa da reconstrução. Reconstrução que se faz por um trabalho de regressão ao passado *na e pela* palavra, buscando-se “a restauração do sentido pleno [...] das expressões empalidecidas” (Freud), a “regeneração do significante” (Lacan).

O trabalho analítico se funda na transgressão das leis normais da conversação que rege a comunicação na sociedade baseada na troca de palavras, visando à troca de bens materiais ou bens efetivos (lei do “tudo dizer” por “associações livres”).

Nessa transgressão articula-se o discurso com o seu avesso, o seu reverso na medida em que “se tenta fazer aparecer ao sujeito, em sua fala, o que se diz, à sua revelia, à revelia de seu desejo”. O discurso não se reduz, portanto, a um dizer explícito, pois ele é permanentemente atravessado pelo seu avesso: “o avesso é a pontuação do inconsciente; não é um outro discurso, mas o discurso do outro: isto é, o mesmo mas tomado ao avesso, em seu avesso” (Clément, 1973, p. 159). Para a psicanálise, o inconsciente é uma cadeia de significantes que se repete e insiste em interferir nas fissuras que lhe oferece o discurso efetivo.

A escuta analítica se situa no funcionamento latente, subjacente do significante, junto ao material lingüístico. No

trabalho de escuta, o analista deve estar atento aos “diversos discursos que se dizem” no desenrolar de uma única cadeia verbal. Isto é, coloca-se como comum a toda fala o fato de que: “sob nossas palavras ‘outras palavras’ se dizem, que atrás da linearidade conforme ‘emissão por uma só voz’ se faz ouvir uma ‘polifonia’ e que ‘todo discurso quer se alinhar sobre os vários alcances de uma partição’, que o discurso é constitutivamente atravessado pelo ‘discurso do Outro’” (Authier-Revuz, 1982, pp. 140-41). É nesse ponto que a concepção de um discurso heterogêneo atravessado pelo inconsciente se articula com uma “teoria do descentramento” do sujeito falante: “o sujeito não é uma entidade homogênea, exterior à língua, que lhe serviria para ‘traduzir’ em palavras um sentido do qual seria a fonte consciente” (Authier-Revuz, p. 136).

Segundo essa teoria, o sujeito apresenta as seguintes características:

a) *O sujeito é dividido, clivado, cindido.* O sujeito não é um ponto, uma entidade homogênea, mas o resultado de uma estrutura complexa que não se reduz à dualidade especular do sujeito com seu outro, mas se constitui também pela interação com um terceiro elemento: o inconsciente freudiano. Inconsciente que, concebido como a linguagem do desejo (censurado), é o elemento de subversão que provoca a cisão do eu. Essa divisão do sujeito não significa, entretanto, compartimentação nem dualidade:

A consciência não é a face aparente de um subconsciente escondido, nem o inconsciente, a estrutura profunda, não revelada de um consciente manifesto. A relação não se estabelece nesses termos, mas toma o movimento geográfico de

um percurso sem direito nem avesso, de onde o sujeito se enuncia sem saber o que diz em uma fala que diz muito sobre este saber (Roudinesco, apud Authier-Revuz, pp. 137-38).

- b) *O sujeito é descentrado.* A descoberta do inconsciente por Freud teria provocado conseqüências semelhantes às das “feridas narcísicas” infligidas ao homem por duas outras grandes descobertas anteriores: a de Copérnico que, ao declarar que a terra não é o centro do universo, provoca um forte deslocamento na concepção de mundo que o homem passa a ter e a de Darwin que, ao afirmar a ascensão animal do homem, apaga o mito da sua origem divina. Com a descoberta freudiana o *eu* perde a sua centralidade, não sendo mais “senhor de sua morada”.

A prática do descentramento na teoria freudiana mostra que o centro é um “golpe montado” pelo sujeito, do qual as ciências do homem fazem seu objeto ignorando que ele é imaginário [...]. Descentrar é praticar o *lapsus* e o trocadilho, reconhecer o lugar do golpe montado, sem, no entanto, pretender aboli-lo (Roudinesco, apud Authier-Revuz, p. 136).

Não há, portanto, centro para o sujeito, fora da ilusão e do fantasma. Esta ilusão, designada por Freud como a “função do desconhecimento do eu” é uma tendência necessária e normal para o sujeito. Em outros termos, é próprio da constituição do sujeito a função que o *eu* assume de manter a ilusão de um centro. O que importa é procurar conhecer a realidade desta ilusão: “*não tomar os enganos* construídos pelo sujeito *pela realidade que mascaram*; como também *não ignorar estes enganos* como ilusórios *desconhecendo seu caráter real*” (Authier-Revuz, p. 139).

- c) *O sujeito é efeito de linguagem.* Se para Lacan “a linguagem é a condição do inconsciente” e “o inconsciente é o discurso do outro”, o sujeito é compreendido como um efeito de linguagem, visto com uma representação que depende “das formas da linguagem que ele enuncia e que na realidade o enunciam”; “o sujeito não é senão da ordem da linguagem na qual ele tem sido aculturado”. Para Clément: “o Outro é o lugar estranho de onde emana todo discurso: lugar da família, da lei, do pai, na teoria freudiana, liame da história e das posições sociais, lugar para onde é remetida toda subjetividade” (apud Authier-Revuz, p. 137).

A partir da análise das marcas explícitas da heterogeneidade mostrada, articulada com a heterogeneidade constitutiva da linguagem, tomando como apoio teórico as colocações do círculo de Bakhtin e da psicanálise, Authier-Revuz vê uma espécie de negociação entre as duas formas de heterogeneidade. Impossibilitado de fugir da heterogeneidade constitutiva de todo discurso, o falante, ao explicitar a presença do outro através das marcas da heterogeneidade mostrada, expressa no fundo seu desejo de dominância. Isto é, movido pela ilusão do centro, por um processo de denegação em que localiza o outro e delimita o seu lugar, o falante pontua o seu discurso, numa tentativa de “circunscrever e afirmar o um”.

A teoria polifônica de Ducrot

Embora se situe numa perspectiva diferente à da análise do discurso, não se pode deixar de expor aqui a contribuição de Ducrot sobre a questão da polifonia.

Ducrot (1984), retomando o conceito de Bakhtin e operando-o num nível lingüístico, vai mostrar, segundo a perspectiva da semântica da enunciação, como mesmo num enunciado isolado é possível detectar mais de uma voz.

No seu "Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação", o objetivo fundamental de Ducrot é contestar a tese da unicidade do sujeito falante. Segundo essa tese, atribuem-se ao sujeito três propriedades que Ducrot assim especifica:

- a) ele é o encarregado de toda atividade psicofisiológica necessária à produção do enunciado;
- b) ele é o autor, a origem dos atos ilocutórios executados na produção do enunciado (atos do tipo da ordem, da pergunta, da asserção...);
- c) além da produção física do enunciado e da execução dos atos ilocutórios, é habitual atribuir ao sujeito falante uma terceira propriedade, a de ser designado em um enunciado pelas marcas da primeira pessoa quando elas designam um ser extralingüístico: ele é, neste caso, suporte dos processos expressos por um verbo cujo sujeito é *eu*, o proprietário dos objetos qualificados de *meus*, é ele que se encontra no lugar chamado *aqui...* E toma-se conseqüentemente que este ser designado por *eu* é ao mesmo tempo o que produz o enunciado, e é também aquele cujo enunciado exprime as promessas, ordens, asserções etc. (p. 189).

Contra essa tese da unicidade do sujeito, Ducrot esboça sua teoria polifônica, partindo do pressuposto de que o sentido do enunciado é uma descrição de sua enunciação e para essa descrição o enunciado fornece indicações. Dentre as indicações fundamentais que o enunciado traz inscritas em seu

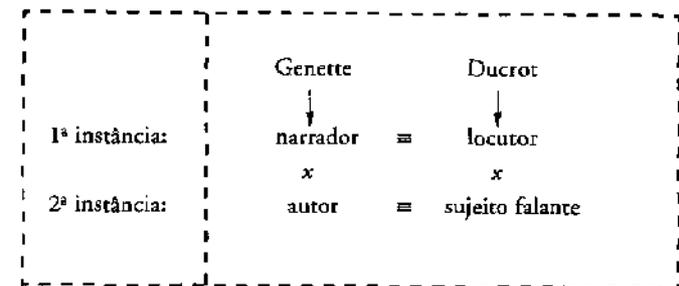
sentido, estão aquelas sobre o(s) autor(es) eventual(is) da enunciação. Sua tese comporta duas idéias:

- a atribuição à enunciação de um ou vários sujeitos, que seriam sua origem;
- a necessidade de se distinguir entre estes sujeitos pelo menos dois tipos de personagens, os locutores e os enunciadores.

Embora considere os pares opositivos: locutor/alocutário; enunciador/enunciatário; falante/ouvinte, Ducrot desenvolve sua teoria em torno apenas do primeiro elemento desses pares (locutor, enunciador, falante). Para compreender a distinção locutor/enunciador, ele se serve da teoria da narrativa apresentada por Genette (*Figures III*, 1972). Baseado nessa teoria, Ducrot faz duas distinções:

Primeira distinção: locutor/sujeito falante empírico.

A teoria de Genette faz aparecer na narrativa duas instâncias semelhantes às por ele detectadas na linguagem ordinária. Podemos esquematizar assim as suas colocações:



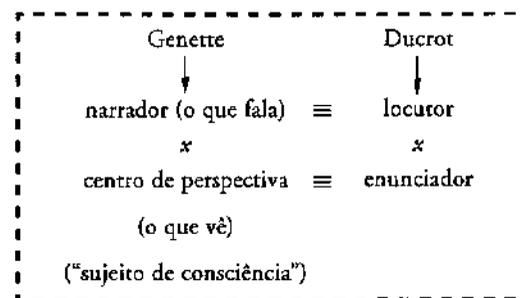
A figura do locutor corresponde à figura do narrador da teoria de Genette. O locutor é apresentado como responsável pelo dizer, mas não é um ser no mundo, pois trata-se de uma ficção discursiva. É aquele que fala, que conta, que é tido como fonte do discurso. É a ele que referem o pronome *eu* e as outras marcas da primeira pessoa.

Assim como o narrador se distingue do autor, o locutor se distingue do sujeito falante empírico — o produtor efetivo do enunciado e exterior ao seu sentido. Segundo Genette, o autor de uma narrativa (romancista ou novelista) mobiliza um narrador, responsável pela narração e que tem características diferentes das de um autor. Dentre essas características, citam-se três:

- a primeira, desenvolvida por Genette, diz respeito à atitude do narrador em relação aos acontecimentos relatados: enquanto que o autor *imagina* ou *inventa* estes acontecimentos, o narrador os relata;
- a segunda relaciona-se com o tempo: o tempo gramatical utilizado num relato pode muito bem não tomar como ponto de referência o momento em que o autor escreve, mas aquele em que o narrador conta. Por exemplo, um autor, vivendo em 1991, pode imaginar um narrador, vivendo no ano 2100, que conta o que se passou no ano 2000;
- A terceira diz respeito à existência empírica que é predicado necessário ao autor, mas pode ser recusado ao narrador. Assim, da mesma forma que o narrador é um ser fictício, interior, o locutor é um ser de discurso que, pertencendo ao sentido do enunciado, está inscrito na descrição que o enunciado dá de sua enunciação.

Segunda distinção: locutor/enunciador.

Esquemáticamente, o paralelo que Ducrot estabelece é o seguinte:



O enunciador se distingue tanto do locutor quanto do sujeito falante. É a figura da enunciação que representa a pessoa de cujo ponto de vista os acontecimentos são apresentados. Corresponde ao "centro de perspectiva" de Genette ou ao "sujeito de consciência" dos autores americanos. Se o locutor é aquele que fala, que conta, o enunciador é aquele que vê, é o lugar de onde se olha sem que lhe sejam atribuídas palavras precisas:

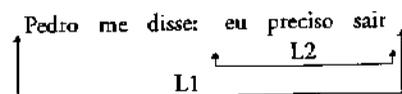
Chamo enunciadores estes seres que se exprimem através da enunciação, sem que, no entanto, lhes sejam atribuídas palavras precisas; se eles falam é somente no sentido de que a enunciação é vista como exprimindo seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas falas (p. 204).

Assim, aquele "que fala" e aquele "que vê" constituem papéis não-atribuíveis a um único ser. As atitudes expressas

no discurso por um locutor podem ser atribuídas a enunciadores dos quais ele se distancia, “como os pontos de vista manifestos numa narração podem ser os de sujeito de consciência estranhos ao narrador”.

A polifonia pode ocorrer tanto no nível do locutor quanto no do enunciador. Examinemos como se dá esse fenômeno nos diferentes casos de discurso relatado.

No nível do locutor a polifonia se manifesta nos casos em que há desdobramentos da figura do locutor. No discurso direto, um caso de dupla enunciação, temos dois locutores: L1 e L2.



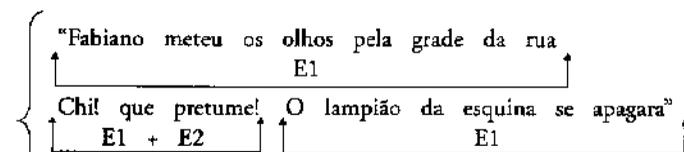
Temos, no enunciado acima, duas figuras de locutor: um L1, responsável pela totalidade do enunciado, e um L2, responsável por parte da enunciação de L1. As formas de primeira pessoa (expressas pelos pronomes *me* e *eu*) referem, portanto, locutores diferentes cujas vozes estão lingüisticamente demarcadas. Considera-se a polifonia no nível do locutor um caso de “polifonia fraca”.

No discurso indireto, a polifonia ocorre também de forma marcada, mas com uma fronteira menos delimitada porque o locutor incorpora lingüisticamente, na sua fala, a de L2. O uso de determinadas palavras, expressões, pode modalizar o enunciado demarcando as perspectivas de quem fala:

- a) Pedro disse que *felizmente* virá amanhã.
- b) *Felizmente* Pedro disse que virá amanhã.

Em “a”, *felizmente* refere-se à perspectiva de Pedro e não à do locutor responsável pela totalidade do enunciado, como no caso “b”.

No discurso indireto livre o locutor fala de perspectivas enunciativas diferentes, mas sem demarcá-las lingüisticamente:



(G. Ramos, *Vidas secas*)

Esquemáticamente, temos: L $\left\{ \begin{array}{l} E2 \\ E1 (=L) \end{array} \right.$

em que L representa a figura do locutor que fala de duas posições diferentes, instalando-se uma ambigüidade contextual com essa duplicidade de perspectiva. O enunciado “Chil que pretume!” expressa a fala do locutor de sua própria perspectiva (E1), mas, ambigüamente, reflete também a perspectiva de Fabiano (E2).

Para provar a pertinência da figura do enunciador, Ducrot (1984, pp. 210 e segs.) estuda outros casos de dupla enunciação como a ironia e a negação.

Segundo Guimarães, nessa retomada do conceito de polifonia, Ducrot exclui a noção de história que, para Bakhtin, é uma noção fundamental. A noção de historicidade em Ducrot se resume ao presente, ao momento concreto da enunciação: “A realização de um enunciado é um acontecimento histórico: é dada existência a algo que não existia antes que se falasse e que não existirá depois. É esta aparição momentânea que chamo

'enunciação" (p. 179). Os conceitos de locutor e de enunciador, elaborados por Ducrot, constituem, entretanto, instrumentos de análise de inegável valor operacional. A proposta dos analistas do discurso, que a eles têm recorrido, é a de recuperar a noção de historicidade presente originalmente no conceito de polifonia de Bakhtin.

Sentido e sujeito na análise do discurso

Para a análise do discurso, é essa concepção de sujeito — que vai perdendo a polaridade centrada ora no *eu* ora no *tu* e se enriquecendo com uma relação dinâmica entre identidade e alteridade — que vai ocupar o centro de suas preocupações atuais. Para ela, o centro da relação não está nem no *eu* nem no *tu*, mas no espaço discursivo criado entre ambos. O sujeito só constrói sua identidade na interação com o outro. E o espaço dessa interação é o texto: "[...] o domínio de cada um dos interlocutores, em si, é parcial e só tem a unidade *no* (e *do*) texto. Conseqüentemente, a significação se dá no espaço discursivo (intervalo) criado (constituído) pelos/nos dois interlocutores" (Orlandi, 1988). Essa citação nos acena para, pelo menos, duas idéias básicas à análise do discurso:

- 1) A idéia de que o sentido assim como o sujeito não são dados *a priori*, isto é, na expressão de Pêcheux (1975, p. 119), não são "toujours déjà-donné", mas são constituídos no discurso, descartando-se uma concepção idealista da noção de subjetividade que aparece "como fonte, origem, ponto de partida ou ponto de aplicação". Pêcheux contrapõe, a toda uma filosofia idealista da linguagem

atravessada pela "evidência da existência espontânea do sujeito (como origem ou causa em si)" e pela "evidência do sentido", a questão de uma constituição do sentido e do sujeito a se processar simultaneamente através da figura da interpelação ideológica.

Segundo Pêcheux,

o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe *em si mesmo* (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (1975, p. 144).

Parafraseando a si mesmo, Pêcheux explicita essa idéia afirmando ainda que "*as palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que significa que elas tomam o seu sentido em referência a estas posições; isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem*". É, dessa forma, que introduz, no bojo da sua teoria onde ocupam um papel fundamental, os conceitos de formação ideológica e de formação discursiva.

O conceito de formação discursiva norteia a referência à interpelação/assujeitamento do indivíduo em sujeito do seu discurso, como veremos adiante. Definido como "o que pode e deve ser dito por um sujeito", esse conceito possibilita o fato de que sujeitos falantes, tomados em uma conjuntura histórica determinada, possam concordar ou se afrontar sobre o sentido a dar às palavras.

2) A idéia do descentramento do sujeito, de um sujeito que, embora fundamental, porque não existe discurso sem sujeito, perde sua centralidade ao passar a integrar o funcionamento dos enunciados. Atravessado por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, o quadro epistemológico da AD “não centra mais a problemática no sujeito, e sim nos sistemas de representação”. A AD é crítica em relação a uma teoria da subjetividade que reflita a ilusão do sujeito em sua onipotência; nela “a ideologia (relação com o poder) e o inconsciente (relação com o desejo) estão materialmente ligados, funcionando de forma análoga na constituição do sujeito e do sentido. O sujeito falante é determinado pelo inconsciente e pela ideologia” (Orlandi, 1986, p. 119). É nesse sentido que Pêcheux propõe uma teoria não-subjetivista da enunciação que permita fundar uma teoria (materialista) dos processos discursivos.

Uma teoria não-subjetivista da enunciação

Para a formulação dessa teoria tomam-se como básicas as colocações de Althusser que, segundo Pêcheux (1975, p. 122), na sua obra *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*, “verdadeiramente colocou os fundamentos reais de uma teoria não-subjetivista do sujeito, como teoria das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção, estabelecendo a relação entre inconsciente (no sentido freudiano) e ideologia (no sentido marxista)”.

Pêcheux parte da tese de Althusser, segundo a qual “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”. Isto é, o específico da ideologia é constituir indivíduos concretos em su-

jeitos. Sujeitos que implicam uma dimensão social mesmo quando no mais íntimo de suas consciências realizam opções morais e escolhem valores que orientam sua ação individual.

A constituição do sujeito deve ser buscada, portanto, no bojo da ideologia: o “não-sujeito” é interpelado, constituído pela ideologia. Segundo Althusser, “não há ideologia senão pelo sujeito e para sujeitos”. Trazendo essas colocações para o terreno da linguagem, no ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, Pêcheux (1975, p. 145) diz que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeito de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes correspondem”.

Assim, é a interpelação ideológica que permite a identificação do sujeito, e ela tem um efeito por assim dizer retroativo na medida em que faz com que todo sujeito seja “sempre já-sujeito”. Isto é, “o sujeito é desde sempre um indivíduo interpelado em sujeito”. É isso que permite a resposta absurda e natural “sou eu” à pergunta “quem está aí?”, mostrando que *eu* sou o único que pode dizer *eu* falando de mim mesmo.

Essa interpelação de indivíduos em sujeitos se faz em nome de um Sujeito (com S maiúsculo) único e absoluto: “O indivíduo é interpelado em sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do Sujeito, logo para que ele aceite (livremente) seu assujeitamento”.

Essa colocação de Althusser apresenta desdobramentos que refletem:

a) a estrutura especular de toda ideologia que assegura ao mesmo tempo:

- 1) a interpelação dos indivíduos em sujeitos;
- 2) a sujeição dos indivíduos a um sujeito absoluto que ocupa o lugar do centro;
- 3) o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito e dos sujeitos entre si, e finalmente o reconhecimento do sujeito por si mesmo;
- 4) a garantia absoluta de que tudo é exatamente assim e de que tudo correrá bem sob a condição de que os sujeitos reconheçam o que são e se comportem de forma conseqüente.

Inseridos nesse sistema de interpelação, os sujeitos, na maioria das vezes "caminham sozinhos", isto é, com a ideologia cujas formas concretas são realizadas nos aparelhos ideológicos de Estado. A estes, os "bons sujeitos", opõem-se os "maus sujeitos" que, não caminhando com a ideologia, provocam a ação do Estado através dos seus aparelhos repressivos (Althusser, 1970, p. 111).

b) a ambigüidade constitutiva da noção de sujeito que se situa paradoxalmente entre:

- 1) uma subjetividade livre enquanto centro de iniciativas, senhora de sua vontade, responsável por seus atos, que lhe permite "caminhar sozinho";
- 2) e uma subjetividade assujeitada a uma ordem superior (submetida às coerções das condições de produção), portanto, desprovida de liberdade, exceto a de aceitar livremente sua sujeição.

Há, portanto, uma contradição no interior desse sujeito: não sendo nem totalmente livre nem totalmente submetido, o espaço de sua constituição é tenso (Orlandi et al., 1988), pois, ao mesmo tempo em que é interpelado pela ideologia, ele ocupa, na formação discursiva que o determina, com sua história particular, um lugar que é essencialmente seu: "Cada sujeito é assujeitado no universal como singular instituível" (Pêcheux, 1975, p. 156). A identificação do sujeito do discurso com a formação discursiva que o domina constitui o que Pêcheux chama a "forma-sujeito". A forma-sujeito é, portanto, o sujeito que passa pela interpelação ideológica ou, em outros termos, o sujeito afetado pela ideologia.

Dessa maneira, reiteramos a afirmação anterior de que nada é dado *a priori*: não apenas o sujeito (aliás, segundo Courtine, 1981, não há sujeito do discurso, mas diferentes posições do sujeito), mas também o sentido, uma vez que as palavras só adquirem sentido dentro de uma formação discursiva. Concebe-se, assim, o sentido como algo que é produzido historicamente pelo uso e o discurso como o efeito de sentido entre locutores posicionados em diferentes perspectivas. Pêcheux (1975, p. 145) coloca isso da seguinte forma:

Se uma palavra, expressão, proposição podem receber sentidos diferentes [...] conforme refiram a tal ou tal formação discursiva, é porque [...] elas não têm um sentido que lhes seria "próprio" enquanto ligado à sua literalidade, mas seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que entretêm com outras palavras, expressões, proposições da mesma formação discursiva.

A ilusão discursiva do sujeito

Aferado, entretanto, por dois tipos de esquecimento (Pêcheux e Fuchs, 1975, pp. 20-21), o sujeito cria uma realidade discursiva ilusória:

- pelo *esquecimento nº 1*, em que se coloca como a origem do que diz, a fonte exclusiva do sentido do seu discurso. De natureza inconsciente e ideológica — daí ser o ponto de articulação da linguagem com a teoria da ideologia —, é uma zona inacessível ao sujeito, aparecendo precisamente, por essa razão, como o lugar constitutivo da subjetividade. Por esse esquecimento o sujeito rejeita, apaga, inconscientemente, qualquer elemento que remeta ao exterior da sua formação discursiva; por ele é que o sujeito “recusa” essa e não outra seqüência para que obtenha esse e não outro sentido. Nesse processo de apagamento, o sujeito tem a ilusão de que ele é o criador absoluto de seu discurso;
- pelo *esquecimento nº 2*, que se caracteriza por um funcionamento de tipo pré-consciente ou consciente na medida em que o sujeito retoma o seu discurso para explicar a si mesmo o que diz, para formulá-lo mais adequadamente, para aprofundar o que pensa: na medida em que, para antecipar o efeito do que diz, utiliza-se de “estratégias discursivas” tais como a “interrogação retórica, a reformulação tendenciosa e o uso manipulatório da ambigüidade”. É a operação de seleção lingüística que todo falante faz entre o que é dito e o que deixa de ser dito; em que, no interior da formação discursiva que o domina, elege algumas formas e seqüências que se encontram em relação de paráfrase e “esquece”, oculta as outras. Essa operação dá ao sujeito a

ilusão de que o discurso reflete o conhecimento objetivo que tem da realidade. Constitui o ponto de articulação da lingüística com a teoria do discurso.

A concepção de um sujeito marcado pela idéia de unidade, do centro, fonte ou origem do sentido constitui para a AD uma “ilusão necessária”, construtora do sujeito. Ela, no entanto, não só se posiciona criticamente em relação a essa ilusão, recusando-se a reproduzi-la como retoma a noção de dispersão do sujeito (Foucault, 1969), ao reconhecer o desdobramento de papéis segundo as várias posições que o sujeito ocupa dentro de um mesmo texto. É isso que leva Orlandi e Guimarães (1986) a conceberem o discurso como uma dispersão de textos e o texto como uma dispersão do sujeito. Por texto enquanto dispersão do sujeito, entenda-se a perda da centralidade de um sujeito uno que passa a ocupar várias posições enunciativas; por discurso enquanto dispersão de textos entenda-se a possibilidade de um discurso estar atravessado por várias formações discursivas. Segundo Pêcheux, em um mesmo texto podem-se encontrar várias formações discursivas, estabelecendo-se uma relação de dominância de uma formação discursiva sobre a(s) outra(s).

Assim, há uma heterogeneidade que é constitutiva do próprio discurso e que é produzida pela dispersão do sujeito. Essa heterogeneidade, entretanto, é trabalhada pelo locutor de tal forma que, impulsionado por uma “vocalização totalizante” faz com que o texto adquira, na forma de um concerto polifônico, uma unidade, uma coerência, quer harmonizando as diferentes vozes, quer “apagando” as vozes discordantes.

Essa unidade textual, constituída enquanto dominância, é um efeito discursivo que deriva, segundo Foucault

(1971, p. 28), do princípio do autor que funcionaria como uma das ordens reguladoras do discurso. Nesse caso, o autor não seria aquele "entendido como o indivíduo que fala, que pronunciou ou escreveu, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso como unidade e origem de suas significações, como *foyer* de sua coerência". Neutralizando uma concepção de subjetividade marcada pela dispersão, pelos diferentes estatutos que um sujeito pode assumir no seu discurso, o princípio do autor é o elemento que centraliza, que ordena, que dá unidade ao discurso, excluindo os possíveis elementos desviantes pelo "jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu". O princípio do autor limitaria o acaso do discurso, sua proliferação com tudo que pode "conter de violento, de descontínuo, de batalhador, de desordenado e de perigoso. Tudo se passa como se interditos, barragens, limites fossem dispostos de maneira dirigida, que sua desordem fosse organizada, controlada".

Estendendo a noção de autoria de Foucault, Orlandi e Guimarães (1986) atribuem-lhe um alcance maior ao especificá-la como necessária para qualquer discurso e colocá-la na origem da textualidade. Para esses autores, ainda, a unidade construída a partir da heterogeneidade discursiva através do princípio de autoria se faz por uma função enunciativa. Nesse sentido, distinguem as seguintes funções do sujeito falante:

- *locutor*: é aquele que se representa como eu no discurso;
- *enunciador*: é a perspectiva que esse eu constrói;
- *autor*: é a função social que esse eu assume enquanto produtor da linguagem. O autor é, dentre as dimensões enunciativas do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade (contexto sócio-histórico) e mais afetada pelas exigências de coerência, não-contradição, responsabilidade.

Essa noção do sujeito que se desdobra e assume vários papéis no discurso nos remete ao conceito de polifonia, elaborado inicialmente por Bakhtin, que opõe (como já vimos) um discurso polifônico, tecido pelo discurso do outro, a um discurso que qualifica como monológico. Para nós, não há discursos constitutivamente monológicos, mas discursos que se "fingem" monológicos na medida em que reconhecemos que toda palavra é dialógica, que todo discurso tem dentro dele outro discurso, que tudo que é dito é um "já-dito". É nesse sentido que Orlandi e Guimarães (1986) falam em uma monofonização da polifonia enunciativa, como processo de apagamento de vozes que naturalmente intervêm no discurso pelo seu caráter social e histórico.

Um balanço dessas reflexões sobre a constituição da subjetividade revela as contradições que marcam o sujeito na AD: nem totalmente livre, nem totalmente assujeitado, movendo-se entre o espaço discursivo *do Um* e *do Outro*; entre a "incompletude" e o "desejo de ser completo"; entre a "dispersão do sujeito" e a "vocação totalizante" do locutor em busca da unidade e coerência textuais; entre o caráter polifônico da linguagem e a estratégia monofonizante de um locutor marcado pela ilusão do sujeito como fonte, origem do sentido.

Conclusão

Ao fazermos o percurso teórico em que caminhamos da teoria subjetivista da teoria da enunciação para a teoria não-

subjetivista da análise do discurso, o que nos preocupou foi verificar como a questão do histórico e, conseqüentemente, do ideológico se inserem na questão do lingüístico e como isso acarreta perspectivas discursivas diferentes.

A observação nos mostrou que enquanto a questão do histórico e do ideológico não é uma preocupação que se coloca, o sujeito (tal como proposto por Benveniste, por exemplo) está centrado na dominância de um EU marcado pela unicidade, pela idéia de fonte absoluta de sentido. À medida que passa a se incorporar a relação locutor-ouvinte, numa perspectiva dialógica, como elemento fundamental no processo de significação, entra para o âmbito dos estudos lingüísticos a preocupação com o social, com as condições de produção. Essa preocupação com o Outro introduz necessariamente o conceito de história e o de ideologia que vêm deslocar o conceito de sujeito. Este perde o seu centro e passa a se caracterizar pela dispersão, por um discurso heterogêneo que incorpora e assume diferentes vozes sociais.

SOBRE A NOÇÃO DE INTERDISCURSIVIDADE

Fundada no princípio do dialogismo, uma reflexão sobre a identidade do discurso não pode deixar de priorizar uma característica que lhe é fundamental e que já foi apontada anteriormente: a sua heterogeneidade. Heterogeneidade que liga de maneira constitutiva o Mesmo do discurso com o seu Outro ou, em outros termos, que permite a inscrição no discurso daquilo que se costuma chamar seu "exterior". O discurso mostra essa heterogeneidade através de marcas explícitas, como a negação e o discurso relatado em que se delimita de forma clara a alteridade discursiva; mas nem sempre o caráter heterogêneo da interação enunciativa tem marcas visíveis que uma abordagem lingüística *stricto sensu* possibilite apreender.

Courtine e Marandin (1981) fazem uma avaliação crítica do campo da AD, questionando trabalhos que acabam por escamotear este caráter heterogêneo do discurso. São trabalhos que buscam a "apreensão do idêntico" na tentativa de eliminar sistematicamente toda forma de heterogeneidade. Através de procedimentos de homogeneização "procuram apagar as asperezas discursivas, eliminar as reentrâncias em que os sentidos podem se esconder" fazendo do discurso "um corpo cheio e uma superfície plana". Dentre esses procedimentos, apontam:

- a constituição de um *corpus* discursivo fechado em que a retomada de seqüências discursivas seja garantida;
- as operações de extração e segmentação, nesse *corpus*, de seqüências organizadas em torno de unidades lexicais consideradas “chaves” ou “pivôs”; esse procedimento torna o *corpus* mais homogêneo ao tratá-lo como dicionário em que a freqüência da repetição dos vocábulos fornece as entradas;
- um conjunto de manipulações lingüísticas homogeneizadoras que reduzem o contraditório ou diferente ao mesmo ou ao idêntico fazendo com que estruturas sintáticas diferentes sejam levadas a esquemas elementares. É isso que permitirá, por exemplo, que um torneio enfático seja transformado em uma estrutura “neutra” ou que uma frase ativa seja equivalente a uma frase passiva.

Em vez de um trabalho de homogeneização, a AD, segundo Courtine e Marandin, deve propor-se a um trabalho que faça justamente aflorar as contradições, o diferente que subjaz a todo discurso, que não exclua a noção de “heterogeneidade como elemento constitutivo de práticas discursivas que se dominam, se aliam ou se afrontam em um certo estado de luta ideológica e política, no seio de uma formação social em uma conjuntura histórica determinada”.

Essa forma de abordar o discurso vai afetar um conceito nuclear da AD: o de formação discursiva — em que se deve reconhecer a coexistência de “várias linguagens em uma única” e não ao contrário, como pensavam inadequadamente alguns, a existência de “uma única linguagem para todos”. Assim, uma FD não deve ser entendida como um bloco compacto e coeso que se opõe a outras FDs. Pois “uma FD é heterogênea a ela própria” e o seu fechamento é bastante instável, não há um

limite rigoroso que separa o seu “interior” do seu “exterior”, uma vez que ela confina com várias outras FDs e as fronteiras entre elas se deslocam conforme os embates da luta ideológica. É assim que se pode afirmar que uma FD é atravessada por várias FDs e, conseqüentemente, que toda FD é definida a partir de seu interdiscurso.

A relação discurso—interdiscurso

Sobre a relação interdiscursiva, Maingueneau (1984) adota uma posição mais radical ainda ao proclamar o primado do interdiscurso sobre o discurso. E isso o leva a afirmar que “a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos” (p. 11). Afirmação que pode ser interpretada de duas maneiras:

- 1) o estudo da especificidade de um discurso se faz colocando-o em relação com outros discursos;
- 2) o interdiscurso passa a ser o espaço de regularidade pertinente, do qual os diversos discursos não seriam senão componentes. Esses discursos teriam a sua identidade estruturada a partir da relação interdiscursiva e não independentemente uns dos outros para depois serem colocados em relação.

Para explicar o que vem a ser interdiscurso, Maingueneau (1984, p. 27) distingue:

- *Universo discursivo*: é constituído pelo “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa dada

conjuntura". Representa um conjunto acabado e, por ser bastante amplo, não pode ser apreendido em sua globalidade; por isso apresenta pouco interesse ao analista, servindo apenas para definir o horizonte a partir do qual serão construídos domínios suscetíveis de serem estudados, os campos discursivos.

- *Campo discursivo*: é constituído por "um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, se delimitam reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo" (p. 28). Pode-se tratar, por exemplo, do campo político, filosófico, dramaturgico, gramatical etc. Pertencentes a uma sincronia dada, as formações discursivas que constituem um campo discursivo possuem a mesma formação social, mas divergem na maneira de preenchê-la, o que faz com que se encontrem ou em relação polêmica, ou de aliança, ou de neutralidade. E cada uma define sua identidade pela mediação desse sistema de diferenças. Geralmente, como não é possível estudar um campo discursivo em sua integralidade, recortam-se subcampos considerados analiticamente produtivos, constituindo os espaços discursivos.
- *Espaços discursivos*: são recortes discursivos que o analista isola no interior de um campo discursivo tendo em vista propósitos específicos de análise. Para fazer esses recortes é necessário um conhecimento e um saber histórico que permitirão levantar hipóteses que serão confirmadas ou não ao longo da pesquisa. Maingueneau (1983, 1984), por exemplo, constrói um espaço discursivo em que associa dois discursos: o discurso humanista devoto e o discurso jansenista a partir da idéia defendida por certos especialistas de que o jansenismo se explicaria como uma reação ao humanismo devoto.

No nível da superfície discursiva, as formações discursivas pertinentes a um espaço discursivo podem apresentar poucos elementos indiciadores da relação que as constitui. Por isso, Maingueneau propõe levar em conta os fundamentos semânticos dos discursos. E como os discursos se fundam na relação interdiscursiva, o que se deve é "construir um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações deste discurso com seu Outro" (1984, p. 30). Neste sentido, um discurso nunca seria autônomo: como ele se remete sempre a outros discursos, suas condições de possibilidades semânticas se concretizariam num espaço de trocas, mas jamais enquanto identidade fechada. A noção de FD implica, portanto, sua relação com o interdiscurso, a partir do qual ela se define:

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é conduzida [...] a incorporar elementos preconstruídos produzidos no exterior dela própria; a produzir sua redefinição e seu retorno, a suscitar igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar a sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação (Courtine e Marandin, 1981).

O outro no mesmo

Efeito de interdiscursividade, a FD se apresenta, dessa forma, como um domínio aberto e inconsistente e não como um domínio estável, a expressão cristalizada da "visão

de mundo” de um grupo social. Segundo essa concepção, a FD exige uma abordagem diferente daquela dada, por exemplo, nos anos 60. Fazendo um balanço crítico desse período, Maingueneau (1984, p. 30) afirma que, para revelar a identidade de uma FD, os procedimentos utilizados então consistiam na construção de núcleos de invariância em torno de alguns pontos privilegiados do discurso. Restringia-se o campo de estudo da FD, ao não se preocupar com uma conexão mais íntima que ela pudesse manter com outras FDs. Aliás, essa relação com outras FDs era pensada apenas como uma forma de justaposição de unidades exteriores umas às outras. Dentro desse quadro, o interdiscurso só podia ser compreendido como um conjunto de relações entre diversos “intradiscursos” compactos.

Para reverter esse quadro, seria necessário repensar a equivalência entre “exterior” do discurso e interdiscurso, inscrevendo o interdiscurso “no coração mesmo do intradiscurso” ou, em outros termos, inscrevendo o Outro no Mesmo. A impossibilidade de separar a interação dos discursos do funcionamento intradiscursivo “decorre do caráter dialógico de todo enunciado do discurso”. Essa orientação dialógica não está limitada aos enunciados que trazem a marca da citação, da alusão etc., nem a um Outro redutível a uma figura de interlocutor:

No espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, nem uma citação, nem uma entidade exterior, não é necessário que ele seja atestável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a ele próprio, que não é em nenhum momento focalizável sob a fi-

gura de uma plenitude autônoma. Ele é o que sistematicamente falta num discurso e lhe permite fechar-se em um todo. Ele é esta parte do sentido que foi preciso que o discurso sacrificasse para constituir sua identidade (Maingueneau, 1984, p. 31).

A relação com o Outro deve ser percebida, portanto, independentemente de qualquer forma de alteridade marcada. Leva-se a questão mais adiante ainda na medida em que se concebe esse Outro não como uma presença que se manifesta, quer explícita ou implicitamente, mas como uma ausência, como uma falta, como o interdito do discurso. Isto é, toda FD, no universo do gramaticalmente dizível, circunscreve a zona do dizível legítimo, definindo o conjunto de enunciados possíveis de serem atualizados em uma dada enunciação a partir de um lugar determinado. Ao fazer isso, ela circunscreve também uma zona do não-dizível, definindo o conjunto dos enunciados que devem ficar ausentes do seu espaço discursivo; delimita, dessa forma, o território do Outro que lhe é incompatível, excluindo-o do seu dizer.

Os enunciados apresentam, dessa forma, uma dupla face: um “direito” e um “avesso” que são indissociáveis; ao analista cabe decifrá-los não só no seu “direito”, relacionando-os a sua própria formação discursiva, mas também no seu “avesso”, perscrutando aquela face oculta em que se mascara a rejeição do discurso e de seu Outro. O que equivale a dizer que ao analista cabe apreender não só uma formação discursiva mas também a interação entre formações discursivas, uma vez que a identidade discursiva se constrói na relação com um Outro presente linguisticamente ou não no intradiscurso.

Ciente, portanto, de que em um dado momento a associação de determinados trajetos interdiscursivos constitui parte integrante da especificidade de uma FD, a análise do discurso, interessada nos funcionamentos discursivos, não deve buscar a unidade de todas as formações discursivas de uma conjuntura, definindo uma invariante universal, nem a multiplicação ao infinito e sem hierarquia das relações entre os campos.

A intertextualidade

Na relação do discurso com seu Outro, devem-se distinguir duas noções básicas (Maingueneau, 1984):

- a noção de *intertexto* de um discurso compreendido como o conjunto dos fragmentos que ele cita efetivamente;
- a noção de *intertextualidade* que abrangeria os tipos de relações intertextuais definidas como legítimas que uma FD mantém com outras.

Em relação à intertextualidade, reconhecem-se ainda dois níveis:

- uma intertextualidade interna em que um discurso se define por sua relação com discurso(s) do mesmo campo podendo divergir ou apresentar enunciados semanticamente vizinhos aos que autoriza sua formação discursiva. É o caso, por exemplo, dos discursos analisados por Maingueneau (1983): o do humanismo devoto e o do jansenismo que, ao citarem fontes, divergem quanto à construção de seus passados textuais;

- uma intertextualidade externa em que um discurso define uma certa relação com outros campos conforme os enunciados destes sejam citáveis ou não. Por exemplo: a relação que liga o discurso do humanismo devoto com o dos naturalistas em que este constitui uma fonte de inspiração para aquele a quem a natureza é a ordem "teofânica" por excelência.

Essas distinções mostram que não há campo discursivo insular, que o universo discursivo é dotado de uma intensa circulação de uma região do saber para outra. Essa circulação se caracteriza pela sua instabilidade, ocorrendo trocas bastante diversificadas conforme os discursos e as circunstâncias concernidas.

Essa intercambialidade de campos toca também na questão da eficácia discursiva: ao fazer a remissão a outro(s) discurso(s), o sujeito recorre a elementos elaborados alhures, os quais, intervindo sub-repticiamente, criam um efeito de evidência que suscita a adesão de seu auditório. É o que acontece, por exemplo, com o discurso publicitário que recorre frequentemente a vocabulários técnico-científicos, a saberes de outros campos para melhor persuadir.

A memória discursiva

No nível da intertextualidade interna, interior ao campo, de maneira geral, a toda formação discursiva se vê associar uma memória discursiva. É a memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas. É ela que permite, na rede de formulações que constitui o intradiscorso de uma FD, o apareci-

mento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes a formações discursivas historicamente contíguas. Não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que supõe o enunciado inscrito na história.

Maingueneau (1983, 1984) liga a questão da interdiscursividade com a da gênese discursiva para mostrar que não existe discurso autofundado, de origem absoluta. Enunciar é se situar sempre em relação a um já-dito que se constitui no *Outro do discurso*. Em outros termos, na medida em que, cronologicamente, é o discurso segundo que se constitui através do primeiro, parece, com efeito, lógico pensar que este discurso primeiro é o *Outro do discurso segundo*, não sendo possível o inverso.

O discurso primeiro não permite a constituição do discurso segundo sem estar ele próprio ameaçado em seus fundamentos. Assim, por exemplo, na medida em que retiramos de um discurso fragmentos que inserimos em outro discurso, fazemos com essa transposição mudar suas condições de produção. Mudadas as condições de produção, a significação desses fragmentos ganha nova configuração semântica.

Domínios do campo enunciativo

A configuração de um campo enunciativo comporta, portanto, formas de coexistência de diferentes formações discursivas. Segundo Foucault (1969, pp. 72-73), essas formas de coexistência delineiam:

- um *campo de presença* que compreende todos os enunciados já formulados alhures e que são retomados em um discurso

a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, compreende também tanto os enunciados que são discutidos e julgados como os que são rejeitados ou excluídos. Nesse campo de presença, “as relações instauradas podem ser da ordem da verificação experimental, da validação lógica, da repetição pura e simples, da aceitação justificada pela tradição e pela autoridade, do comentário, da busca das significações ocultas, da análise do erro”; essas relações podem ser explícitas ou implícitas;

- um *campo de concomitância* que compreende enunciados que dizem respeito a

domínios de objetos inteiramente diferentes e que pertencem a tipos de discursos totalmente diversos, mas que atuam entre os enunciados estudados seja porque servem de confirmação analógica, seja porque servem de princípio geral e de premissas aceitas tendo em vista um raciocínio, seja porque servem de modelos que podem transferir a outros conteúdos, seja porque funcionam como instância superior com a qual é preciso confrontar e submeter certas proposições que são afirmadas;

- um *domínio de memória* que compreende “enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, em conseqüência, nem um corpo de verdade nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, de gênese, de transformação, de continuidade e de descontinuidade histórica”.

Situando-se numa perspectiva teórica semelhante à de Foucault, de quem é caudatário, mas restringindo-se à catego-

ria temporal e a partir da consideração do texto como uma dispersão de seqüências discursivas cuja organização é comandada por formas de repartição que combinam essas seqüências discursivas em domínio de objetos, Courtine (1981) distingue:

- um domínio de memória;
- um domínio de atualidade;
- um domínio de antecipação.

Advertindo contra qualquer interpretação cronologista, coloca que, embora

os objetos que compõem estes domínios possam aí figurar como pontos datáveis e referíveis a um sujeito enunciator, sua sucessão cronológica é atravessada pela dimensão temporal específica a um processo cujo desenvolvimento contraditório não conhece nem sujeito, nem origem, nem fim. Não se trata pois de ir procurar na seqüencialidade de um domínio de memória, de um domínio de atualidade, de um domínio de antecipação, a seqüência "natural" do antes, do agora, do depois, mas antes de aí caracterizar as repetições, as rupturas, as fronteiras e as transformações de um tempo processual (p. 56).

O domínio de memória

Diz respeito ao conjunto de seqüências discursivas preexistentes à "seqüência discursiva de referência" (seqüência discursiva tomada como ponto de referência a partir do qual o conjunto dos elementos do *corpus* receberá sua or-

ganização). Em outras palavras, como já disse, toda produção discursiva, efetuada sob determinadas condições conjunturais, faz circular formulações já enunciadas anteriormente. As formulações pertencentes a essas seqüências discursivas preexistentes constituem, com as "formulações de referência", redes de formulações que nos permitirão verificar os efeitos de memória que a enunciação de uma seqüência discursiva de referência determinada produz em um processo discursivo. Esses efeitos de memória tanto podem ser de lembrança, de redefinição, de transformação quanto de esquecimento, de ruptura, de denegação do já-dito.

Mobiliza-se, assim, no interior da análise do discurso, a noção de memória discursiva. Essa noção implica o estatuto histórico do enunciado inserido nas práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos de Estado. Ela se enquadra naquilo que Foucault (1971, p. 11) classificou de procedimentos de controle e de delimitação do discurso: "[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel conjurar dele os poderes e os perigos, de dirigir o acontecimento aleatório, de afastar dele a pesada, a irredutível materialidade". A noção de memória discursiva, portanto, separa e elege dentre os elementos constituídos numa determinada contingência histórica, aquilo que, numa outra conjuntura dada, pode emergir e ser atualizado, rejeitando o que não deve ser trazido à tona. Exercendo, dessa forma, uma função ambígua na medida em que recupera o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com os apagamentos que opera, a memória irrompe na atualidade do acontecimento, produzindo determinados efeitos a que já nos referimos.

O domínio de atualidade

Reúne um conjunto de seqüências discursivas que coexistem em uma conjuntura histórica determinada e se inscrevem na instância do acontecimento.

O efeito de atualidade produzido por este domínio é resultante do desenvolvimento processual dos efeitos de memória: memória que faz irromper um acontecimento passado em uma conjuntura presente, reatualizando-o. Daí ser constitutivo desse domínio o aspecto dialogado que assumem as seqüências discursivas que se citam, se respondem ou se refutam (Courtine, 1981, p. 56).

O domínio de antecipação

Reúne seqüências discursivas que entretêm no nível intradiscursivo relações interpretáveis como efeitos de antecipação.

Segundo Courtine, a presença de um domínio de antecipação na constituição de um *corpus* discursivo tem o mérito de nos revelar:

- 1) o caráter necessariamente aberto da relação que uma seqüência discursiva produzida em determinadas condições mantém com seu exterior no seio de um processo. “Se há *sempre-já* do discurso, pode-se acrescentar que haverá um *sempre-ainda*”;
- 2) a impossibilidade de atribuir um fim ao processo discursivo;
- 3) a possibilidade sempre aberta de, a partir dos resultados obtidos no trabalho de análise da relação de uma seqüência discursiva com seu domínio de memória, poder construir

um domínio de antecipação enquanto alvo de uma análise de discurso.

Efeitos de memória

Para Courtine, “a existência de uma FD como ‘memória discursiva’ e a caracterização de ‘efeitos de memória’ em discursos produzidos em uma determinada conjuntura histórica devem ser articulados com os dois níveis de descrição de uma FD”:

- o nível interdiscursivo em que os objetos chamados “enunciados”, na formação dos quais se constitui o saber próprio a uma FD, existem no *tempo longo de uma memória*; este saber envolve toda uma tradição cultural transmitida de geração a geração e regulada pelas instituições (AIE de Althusser);
- o nível intradiscursivo em que as “formulações” são tomadas no *tempo curto da atualidade* de uma enunciação.

O efeito de memória é produto, portanto, da relação que se joga entre esses dois níveis — o interdiscursivo e o intradiscursivo — ao se fazer emergir uma formulação—origem na atualidade de uma “conjuntura discursiva”.

A formação discursiva, sendo determinada pelo interdiscursivo, pode se inscrever:

- na ordem de uma *memória plena* que funcionaria como possibilidade de preenchimento de uma superfície discursiva com elementos retomados do passado e reatualizados, criando um efeito de consistência no interior de uma rede de formulações; a estratégia usada aqui seria a da *repetição*;

- ou na ordem de uma *memória lacunar* que funcionaria como produtor de deslocamentos, vazios, esquecimentos que podem provocar um efeito de inconsistência na cadeia do reformulável. Esse efeito pode, entretanto, ser ideologicamente neutralizado pelo locutor que, através de manobras discursivas niveladoras, homogeneizadoras, monofonizantes, procura anular qualquer desnível ou heterogeneidade do discurso. A estratégia seria a do *apagamento*.

CONCLUSÃO

Nascida da necessidade de superar o quadro teórico de uma lingüística frasal e imanente que não dava conta do texto em toda sua complexidade, a análise do discurso volta-se para o "exterior" lingüístico, procurando apreender como no lingüístico inscrevem-se as condições sócio-históricas de produção.

A partir do pressuposto de que o discurso "materializa o contato entre o ideológico e o lingüístico no sentido de que ele representa no interior da língua os efeitos das contradições ideológicas" (Courtine, 1982, p. 240), o desafio a que a análise do discurso se propõe é o de realizar leituras críticas e reflexivas que não reduzam o discurso a análises de aspectos puramente lingüísticos nem o dissolvam num trabalho histórico sobre a ideologia. Ela opera com o conceito de ideologia que envolve o princípio da contradição que está na base das relações de grupos sociais, cujas idéias entram em confronto, numa correlação de forças; considera também as noções de interpelação/assujeitamento e de aparelhos ideológicos de Estado que governam, regulam essas relações. Ela busca não eliminar essas contradições, mas, ao contrário, fazê-las aflorar na materialidade lingüística do discurso, apreendê-las nas formas de organização discursiva, possibilitando captar as relações de antagonismo, de aliança, de dissimulação, de absorção que se processam entre diferentes formações discursivas. Nos termos em que coloca Maingueneau (1990), procura trazer para o interior

lingüístico uma abordagem do objeto que leve em conta seus dois planos constitutivos — um “gramatical” e outro “hipergramatical”, designando este último os pontos de ancoragem colocados para além de aspectos estritamente lingüísticos.

Dessa forma, pretendendo ser uma teoria crítica da linguagem, a análise do discurso de orientação francesa luta contra qualquer forma de cristalização do conhecimento, contra “a territorialização, o esquadramento, a delimitação dos domínios do saber” (Courtine, 1984). Daí o fato de suas fronteiras se confinarem com as de determinadas áreas das ciências humanas como a História, a Psicanálise, a Sociologia, só para citar algumas. Pelos próprios objetivos a que se propõe, a análise do discurso é, e só pode ser, interdisciplinar. Da mesma forma, essa interdisciplinaridade surge na sua relação com as outras tendências desenvolvidas no interior das ciências lingüísticas, e nesse sentido é que a vemos, por exemplo, dialogando com as teorias enunciativas, a lingüística textual e, no campo da pragmática, com a semântica argumentativa e a teoria dos atos de linguagem.

Pêcheux assim sintetiza o paradoxo vivido pela análise do discurso: “uma prática indissociável da reflexão que ela exerce sobre si mesma sob a pressão de duas determinações maiores: a evolução problemática das teorias lingüísticas de um lado, os avatares do campo político-histórico, de outro”. Dividida entre uma função crítica e uma função instrumental (Courtine), ela se apresenta como uma disciplina não acabada, em constante construção, problematizante, em que o lingüístico é o lugar, o espaço, o território que dá materialidade, espessura a idéias, conteúdos, temáticas de que o homem se faz sujeito; não um sujeito ideal e abstrato mas um sujeito concreto, histórico, porta-voz de um amplo discurso social.

GLOSSÁRIO

Assujeitamento ideológico: consiste em fazer com que cada indivíduo (sem que ele tome consciência disso, mas, ao contrário, tenha a impressão de que é senhor de sua própria vontade) seja levado a ocupar seu lugar, a identificar-se ideologicamente com grupos ou classes de uma determinada formação social. É o mesmo que *interpelação ideológica*.

Autor: é a função social que o sujeito falante assume enquanto produtor da linguagem. Das funções enunciativas do sujeito é a que está mais determinada pela exterioridade e mais afetada pelas exigências de coerência, não-contradição e responsabilidade (Orlandi e Guimarães).

Condições de produção: constituem a instância verbal de produção do discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si, do outro e do referente.

Diálogo: no sentido restrito, é a comunicação verbal direta e em voz alta entre uma pessoa e outra. No sentido amplo (inaugurado por Bakhtin), é toda comunicação verbal, qualquer que seja a forma. Do ponto de vista discursivo não há enunciado desprovido da dimensão dialógica, pois qualquer

enunciado sobre um objeto se relaciona com enunciados anteriores produzidos sobre este objeto. Assim, todo discurso é fundamentalmente diálogo.

Discurso: é o efeito de sentido construído no processo de interlocução (opõe-se à concepção de língua como mera transmissão de informação). “O discurso não é fechado em si mesmo e nem é do domínio exclusivo do locutor: aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz, em relação a outros discursos” (Orlandi).

Enunciação: emissão de um conjunto de signos que é produto da interação de indivíduos socialmente organizados. A enunciação se dá num aqui e agora, jamais se repetindo. Ela se marca pela singularidade.

Enunciador: é a figura da enunciação que representa a pessoa cujo ponto de vista é apresentado. É a perspectiva que o locutor constrói e de cujo ponto de vista narra, quer identificando-se com ele quer distanciando-se dele.

Fala: ver *Língua*.

Forma-sujeito: denominação criada para Pêcheux para indicar o sujeito afetado pela ideologia.

Formação discursiva: conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades, pelas mesmas “regras de formação”. A formação discursiva se define pela sua relação com a for-

mação ideológica, isto é, os textos que fazem parte de uma formação discursiva remetem a uma mesma formação ideológica. A formação discursiva determina “o que pode e deve ser dito” a partir de um lugar social historicamente determinado. Um mesmo texto pode aparecer em formações discursivas diferentes, acarretando, com isso, variações de sentido.

Formação ideológica: é constituída por um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas dizem respeito, mais ou menos diretamente, às posições de classe em conflito umas com as outras (Haroche et al.). Cada formação ideológica pode compreender várias formações discursivas interligadas.

Formação social: caracteriza-se por um estado determinado de relações entre classes que compõem uma comunidade em um determinado momento de sua história. Estas relações estão assentadas em práticas exigidas pelo modo de produção que domina a formação social. A essas relações correspondem posições políticas e ideológicas que mantêm entre si laços de aliança, de antagonismo ou de dominação.

Interdiscursividade: relação de um discurso com outros discursos. Para Maingueneau a interdiscursividade tem um lugar privilegiado no estudo do discurso: ao tomar o interdiscurso como objeto, procura-se apreender não uma formação discursiva, mas a interação entre formações discursivas diferentes. Nesse sentido, dizer que a interdiscursividade é constitutiva de todo discurso é dizer que todo discurso nasce de um trabalho sobre outros discursos.

Interlocução: processo de interação entre indivíduos através da linguagem verbal ou não-verbal.

Intertexto: o intertexto de um discurso compreende o conjunto dos fragmentos que ele cita efetivamente.

Intertextualidade: abrange os tipos de relações que uma formação discursiva mantém com outras formações discursivas. Pode ser interna quando um discurso se define por sua relação com discurso(s) do mesmo campo (por exemplo, os diferentes discursos do campo religioso) ou externa quando um discurso se define por sua relação com discurso(s) de campos diferentes (por exemplo, um discurso religioso citando elementos do discurso naturalista).

Língua: segundo a dicotomia estabelecida por Saussure entre língua e fala — a língua é o sistema abstrato, virtual ou potencial, enquanto que a fala é o ato lingüístico material e concreto, é o uso que cada indivíduo faz da língua. Se a linguagem só existe como atividade, língua e fala não se excluem, pois se a fala é a realização concreta da língua, aquela não existe sem esta.

Linguagem: na perspectiva discursiva, a linguagem não é vista apenas como instrumento de comunicação, de transmissão de informação ou como suporte do pensamento; linguagem é interação, um modo de ação social. Nesse sentido, é lugar de conflito, de confronto ideológico em que a significação se apresenta em toda a sua complexidade. Estudar a linguagem é abarcá-la nessa complexidade, é apreender o

seu funcionamento que envolve não só mecanismos lingüísticos, mas também “extralingüísticos”.

Locutor: é uma função enunciativa que o sujeito falante exerce e, através da qual se representa como *eu* no discurso. É o ser apresentado como responsável pelo dizer, mas não é um ser no mundo, pois trata-se de uma ficção discursiva.

Polifonia: conceito elaborado inicialmente por Bakhtin que o aplicou à literatura, foi retomado posteriormente por Ducrot que lhe deu um tratamento lingüístico. Refere-se à qualidade de todo discurso estar tecido pelo discurso do outro, de toda fala estar atravessada pela fala do outro.

Pré-construído: elemento produzido em outro(s) discurso(s), anterior ao discurso em estudo, independentemente dele. Todo discurso mantém uma relação essencial com elementos pré-construídos (ver *Interdiscursividade*).

Regras de formação: são regras constitutivas de uma formação discursiva, possibilitando a determinação dos elementos que a compõem. Foucault apresenta-as como um sistema de relações entre os *objetos* do discurso, os diferentes *tipos de enunciação* que permeiam o discurso, os *conceitos* e as *diversas estratégias* capazes de dar conta de uma formação discursiva, permitindo ou excluindo certos temas ou teorias.

Sentido: para a análise do discurso, não existe um sentido *a priori*, mas um sentido que é construído, produzido no processo de interlocução, por isso deve ser referido às condições

de produção (contexto histórico-social, interlocutores...) do discurso. Segundo Pêcheux, o sentido de uma palavra muda de acordo com a formação discursiva a que pertence.

Sujeito: na perspectiva da análise do discurso, a noção de sujeito deixa de ser uma noção idealista, imanente; o sujeito da linguagem não é o sujeito em si, mas tal como existe socialmente, interpelado pela ideologia. Dessa forma, o sujeito não é a origem, a fonte absoluta do sentido, porque na sua fala outras falas se dizem. Para Pêcheux, "a *ilusão discursiva do sujeito* consiste em pensar que é ele a fonte, a origem do sentido do que diz". Ver *forma-sujeito*.

Superfície discursiva: é constituído pelo conjunto de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva.

Texto: unidade complexa de significação cuja análise implica as condições de sua produção (contexto histórico-social, situação, interlocutores). Para Orlandi, o texto como objeto teórico não é uma unidade completa; sua natureza é intervalar, pois o sentido do texto se constrói no espaço discursivo dos interlocutores. Mas, como objeto empírico de análise, o texto pode ser um objeto acabado com começo, meio e fim.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA COMENTADA

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Trad. J. J. Moura Ramos. Lisboa: Presença, Martins Fontes, 1974.

Conceituando o que vem a ser formação social e ideologia, o autor mostra como o estado atua na dinâmica entre relações de produção e relações sociais. Distingue aparelhos repressivos de Estado (o Exército, a polícia, os tribunais etc.) de aparelhos ideológicos de Estado (a religião, a escola, a família etc.).

AUTHIER-REVUZ, J. "Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours", *DRLAV — Revue de Linguistique*, nº 26, 1982, pp. 91-151.

A partir do conceito de dialogismo introduzido por Bakhtin e da abordagem psicanalítica do sujeito como efeito de linguagem, a autora elabora sua teoria sobre a heterogeneidade mostrada e constitutiva do discurso. Questiona uma concepção homogeneizadora da discursividade que elege o sujeito como origem, fonte autônoma de um sentido que ele comunica através da língua.

BAKHTIN, M. (Voloshinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1979. Faz uma reflexão sobre a linguagem tendo como fundamento o marxismo. Mostra a natureza ideológica do

signo lingüístico e ressalta o caráter social, interativo e dialógico da linguagem. Elabora o conceito de polifonia enunciativa e, numa perspectiva que toma a alteridade como constitutiva da linguagem, analisa, em textos literários, os diferentes tipos de discurso: direto, indireto, indireto livre.

BENVENISTE, E. "O homem na língua", in *Problemas de lingüística geral*. Trad. M. G. Novak e L. Neri. São Paulo: Companhia Editora Nacional, EDUSP, 1966, pp. 245-315.

Esta parte, a quinta das seis que compõem a obra de Benveniste, contém artigos fundamentais para o estudo da enunciação. Analisa a estrutura das relações de pessoa no verbo e a natureza dos pronomes, introduzindo a questão da subjetividade na linguagem. Numa perspectiva enunciativa, distingue "discurso" de "história", aborda a questão dos performativos e dos verbos delocutivos.

_____. "O problema formal da enunciação", in *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989, pp. 81-90.

O autor analisa o mecanismo de produção do ato de enunciação, mostra como, ao enunciar, o locutor mobiliza a língua apropriando-se do aparelho formal da língua e marcando sua posição de locutor através de índices específicos. Pode-se dizer que este artigo é uma teorização daquilo que foi colocado mais empiricamente nos textos anteriormente citados.

CHAUI, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Obra importante para aqueles que querem se introduzir na questão da ideologia. Partindo de exemplos para entender o espaço em que o fenômeno ideológico se instala,

a autora faz um histórico do aparecimento do termo até chegar à concepção marxista de ideologia.

DUCROT, O. "Esboço de uma teoria polifônica da enunciação", in *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

Neste artigo, o autor retoma o conceito de polifonia de Bakhtin e o aplica à lingüística, mostrando como num mesmo enunciado emergem várias vozes. Elabora o conceito de locutor e de enunciador.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Trad. L. F. Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1971.

Embora não seja lingüista, mas filósofo, as colocações de Foucault nesta obra foram fecundas para as pesquisas lingüísticas visando ao discurso. A construção de um objeto do saber deve levar o pesquisador a interrogar o próprio discurso sobre suas regras de formação. Define o que vem a ser discurso, formação discursiva, enunciado, enunciação, função enunciativa — conceitos fundamentais para a análise do discurso.

HAROCHE, Cl.; HENRY, P. e PECHEUX, M. "La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours", *Langages*, nº 24. Paris: Didier-Larousse, 1971, pp. 93-106.

Partem de uma crítica à dicotomia saussuriana de língua/fala e seus desdobramentos, dentre eles, o de não ter permitido o lugar devido à Semântica. Propõem uma semântica do discurso que opere com os conceitos de formação social, formação ideológica, formação discursiva e considere o liame entre "significação" de um texto e as condições sócio-históricas de sua produção como constitutivo do sentido.

MAINGUENEAU, D. *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1976.

Após situar a problemática da análise do discurso na história da lingüística estrutural, o autor fornece um panorama das principais orientações metodológicas da pesquisa lingüística nessa área, agrupando-as em torno de três abordagens: lexicológica, sintática e enunciativa. O último capítulo aborda determinadas orientações de pesquisas (relativas, por exemplo, à argumentação, à narratividade), apontando perspectivas promissoras à análise do discurso.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, Editora da UNICAMP, 1989.

Escrita mais de uma década após, essa obra vem complementar a anterior, *Initiation aux méthodes...* Partindo da consideração de que a linguagem é uma instituição social, o autor insiste no fato de que a análise do discurso é uma disciplina que se inscreve, de modo privilegiado, no espaço lingüístico e mantém vínculos peculiares com as condições sócio-históricas de produção. Ao colocar que a enunciação é um dispositivo constitutivo da produção de sentido e que cada enunciado supõe uma relação com outras enunciações reais ou virtuais, mostra como atualmente a análise do discurso está mais vinculada às teorias enunciativas.

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

O objetivo dos estudos que enfeixam essa obra é apreender a linguagem no seu funcionamento discursivo. Procura incorporar o social e o histórico como elementos constitutivos da linguagem e, sempre numa perspectiva discursiva, reflete sobre a questão da literalidade, da tipologia discursiva,

da convenção, da leitura. Analisa diferentes tipos de funcionamentos discursivos como o discurso pedagógico, o discurso da história, o discurso religioso e o discurso sobre a mulher.

ORLANDI, E. "A análise do discurso, algumas observações", *DELTA*, vol. 2, nº 1, 1986.

A autora faz uma retrospectiva, apresentando o surgimento da análise do discurso em duas vertentes: a americana e a européia. Mostra como a perspectiva européia assume uma mudança mais radical de seu objeto ao ultrapassar a unidade lingüística da sentença para tomar o texto como unidade empírica de análise. Tendo o discurso como objeto teórico específico, abre-se um novo campo para os estudos lingüísticos em que a questão da significação se conecta com a de formações ideológicas, e a ciência lingüística mantém relações com uma teoria científica das formações sociais.

PÈCHEUX, M. "Análise automática do discurso", in F. Gadet e T. Tak (orgs.), *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990 (título original: *Analyse automatique du discours*).

A obra representa uma etapa fundamental no desenvolvimento dos trabalhos contemporâneos sobre a linguagem por abrir uma via nova à "análise do conteúdo" até então praticada. Partindo criticamente de colocações feitas por Saussure e dos deslocamentos por elas provocados na lingüística, conceitua o que vem a ser funcionamento discursivo, condições de produção, processos discursivos, fornecendo uma série de orientações conceituais para uma

abordagem do discurso por ele denominada de análise automática do discurso.

ROBIN, R. *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

Como outras áreas das ciências humanas preocupadas com a produção de sentido, a história foi também fascinada pelo modelo lingüístico. A autora procura precisar as relações que a lingüística pode ter com a história, os pontos de encontro possíveis, sem que, no entanto, a primeira seja tomada como panacéia da segunda. Coloca os pressupostos básicos de uma ciência lingüística que vai se abrindo para questões do discurso e apresenta algumas abordagens concretas e seus resultados.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Trad. J. Moura Ramos. Lisboa: Presença, Martins Fontes, 1974 (título original: *Idéologie et appareils idéologiques d'État*, 1970).

AUTHIER-REVUZ, J. "Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours", in *DRLAV — Revue de Linguistique*, nº 26, 1982, pp. 91-151.

BAKHTIN, M. "Du discours romanesque", in *Esthétique et théorie du roman*. Paris: Gallimard, 1978.

_____. (Voloshinov, 1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1979.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. P. Bezerra. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981 (título original: *Problémi poétiki Dostoiévskovo*).

BENVENISTE, E. "O homem na língua", in *Problemas de lingüística geral*. Trad. M. G. Novak e L. Neri. São Paulo: Companhia

Editora Nacional, EDUSP, 1966, pp. 245-315 (título original: *Problèmes de linguistique générale*).

BENVENISTE, E. "L'appareil formel de l'énonciation", in *Problèmes de linguistique générale II*. Paris: Gallimard, 1974, pp. 79-88.

BRAGA, M. L. S. *Produção de linguagem e ideologia*. São Paulo: Cortez, 1980.

CHAUI, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CLÉMENT, C. *Le pouvoir des mots*. Paris: Mame, 1973.

COURDESSES, L. "Blum et thorez en main 1936. Analyses d'énonces", *Langue Française*, nº 9. Paris: Didier-Larousse, fév., 1971, pp. 22-33.

COURTINE, J.-J. "La toque de Clémentis (remarques sur la mémoire et l'oubli dans l'énonciation du discours politique)", in *Le discours psychanalytique*, s.d.

_____. "Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours à propos du discours communiste adressé aux chrétiens", *Langages*, nº 62. Paris: Larousse, jun., 1981.

_____. "Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours", *Philosophiques*, vol. IX, nº 2, out., 1982.

_____. "Chroniques de l'oubli ordinaire", *Sédiments*, nº 1. Montréal: Printemps 86, 1984.

COURTINE, J.-J. e MARANDIN, J.-M. "Quel objet pour l'analyse du discours?", in *Matérialistés discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.

DUCROT, O. "Esquisses d'une théorie polyphonique de l'énonciation", in *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.

ELLUL, J. "Le rôle médiateur de l'idéologie", in *Démystification et idéologie*. Paris: Aubier, 1973, pp. 335-54.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Trad. L. F. Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1971 (título original: *L'archéologie du savoir*, 1969).

_____. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Cadernos PUC, 1974.

_____. "Sobre a história da sexualidade", in *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 243-76.

GUIMARÃES, E. R. J. "Polifonia e tipologia textual", in *Linguística textual: texto e leitura*. São Paulo: EDUC, 1986, pp. 75-88, série Cadernos da PUC, 22.

HAROCHE, Cl.; HENRY, P. e PÊCHEUX, M. "La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours", *Langages*, nº 24. Paris: Didier-Larousse, 1971, pp. 93-106.

JAKOBSON, R. "Linguistique et poétique", in *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit, 1963, pp. 209-48.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.

MACHADO, R. *Ciência e saber. A trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MAINGUENEAU, D. *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1976.

_____. *Sémanique de la polémique*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1983.

_____. *Genèses du discours*. Bruxelas: Mardaga, 1984.

_____. *Nouvelles tendances en analyse du discours*. Paris: Hachette, 1987.

_____. "L'unité de la linguistique", *Revista de Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (DELTA)*, vol. 6, nº 2. São Paulo: EDUC, 1990.

MALDIDIER, D. et al. "Discours et idéologie: quelques bases pour une recherche", *Langue Française*, nº 15. Paris: Larousse, 1972.

MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. W. Dutra e F. Fernandes. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MCLENNAN, G. et al. "A teoria de Althusser sobre ideologia", in Centre for Contemporary Cultural Studies, Universidade de Birminghan (org.), *Da ideologia*. Trad. R. Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, pp. 101-37 (título original: *On ideology*, 1977).

ORLANDI, E. P. "Protagonistas do/no discurso" e "O lingüístico e o social", in *Foco e pressuposição*. Uberaba: FIUBE, 1978, pp. 11-29 e 75-80.

_____. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. "A análise do discurso: algumas observações", *DELTA*, vol. 2, nº 1. São Paulo: EDUC, 1986.

ORLANDI, E. P. et al. *Sujeito e texto*. São Paulo: EDUC, 1988.

ORLANDI, E. P. e GUIMARÃES, E. R. J. "Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito", *Cadernos PUC*. São Paulo, 1986.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988 (título original: *Les vérités de la Palice*, 1975).

PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. "Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours", *Langages*, nº 37, 1975, pp. 7-79.

RICOEUR, P. *Interpretação e ideologias*. Trad. H. Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

ROBIN, R. *Histoire et linguistique*. Paris: Armand Colin, 1973.

SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. Trad. A. Chelini et al. São Paulo: Cultrix, 1974 (título original: *Cours de linguistique générale*).

SLAKTA, D. "Esquisse d'une théorie lexicosémanthique: pour une analyse d'un texte politique (Cahiers de Doléances)", *Langages*, nº 23. Paris: Didier-Larousse, 1971, pp. 87-134.

TODOROV, T. *Mikhail Bakhtine. Le principe dialogique*. Paris: Seuil, 1981.

Título *Introdução à análise do discurso*

Autor Helena H. Nagamine Brandão

Equipe técnica

Supervisora de revisão	Ana Paula Gomes
Preparação dos originais	Evandro Luis Salvador Grazia Maria Quagliara
Revisão	Maria Teresa Vieira
Secretário gráfico	Ednilson Tristão
Supervisora de editoração	Silvia Helena P. C. Gonçalves
Editoração eletrônica	Eva Maria Maschio Morais
Design de capa	Preto no Branco Comunicações
Formato	14 x 21 cm
Papel	Offset 75 g/m ² – miolo Carrão Supremo 250 g/m ² – capa
Número de páginas	124

Editora da UNICAMP	Caixa Postal 6074
Cidade Universitária	Barão Geraldo
CEP 13083-892	Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax:	(19) 3788-7728/7786
www.editora.unicamp.br	vendas@editora.unicamp.br

Forn. Kantos
Preço 20,00
Pregão
NF 4727
Depart. BC1BC

ctb, impressão e acabamento

imprensaoficial

Rua da Mooca, 1921 São Paulo SP
Fones: 6099-9800 - 0800 0123401
www.imprensaoficial.com.br

Helena Hathsue Nagamine Brandão é professora no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo. Antes, foi professora também na PUC-SP. É mestre em lingüística pela USP, doutora pelo LAEL-PUC-SP e livre-docente pela USP. É autora da obra *Subjetividade, argumentação, polifonia. A propaganda da Petrobrás* (Editora UNESP), co-coordenadora da obra *Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos* e coordenadora de *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político e divulgação científica*, ambas publicadas na coleção *Aprender e Ensinar com Textos* (Cortez Editora).
